Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais – R\$ – exceto quando indicado de outro modo)

1. Informações gerais

A Minerva S.A. ("Companhia") é uma Companhia de capital aberto listada no "Novo Mercado" de governança corporativa e tem suas ações negociadas na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. As principais atividades da Companhia incluem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes in natura resfriadas, congeladas e processadas; e exportação de gado vivo.

A Companhia tem suas ações negociadas na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão sob o código "BEEF3" e seus American Depositary Receipts (ADRs) nível 1 são negociados no mercado de balcão OTCQX International Premier, segmento da plataforma eletrônica operada pelo OTC Markets Group Inc., nos Estados Unidos.

Controladora

A Companhia tem sua sede social localizada em Barretos (SP), com unidades de produção nacional localizadas em José Bonifácio (SP), Palmeiras de Goiás (GO), Batayporã (MS), Araguaína (TO), Goianésia (GO), Barretos (SP), Campina Verde (MG), Janaúba (MG), Várzea Grande (MT), Mirassol D'Oeste (MT) e Rolim de Moura (RO). Os centros de distribuição para o mercado interno estão localizados nas cidades de Aparecida de Goiânia (GO), Brasília (DF), Cariacica (ES), São Paulo (SP), Araraquara (SP), Taboão da Serra (SP), Cubatão (SP) Belo Horizonte (MG), Maracanaú (CE), Uberlândia (MG) e Cabo de Santo Agostino (PE).

Em 31 de dezembro de 2018, o parque consolidado industrial da Companhia tinha uma capacidade diária de abate de 26.380 cabeças e de desossa de 4.596 toneladas levando em consideração as controladas da Athena Foods S.A no exterior – no Uruguai (Pulsa S/A e Frigorífico Carrasco S/A), na Colombia (Red. Cárnica S.A.), Paraguai (Frigomerc S/A) e Argentina (Swift Argentina S.A). Todas as plantas estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 05 continentes. A unidade fabril de Barretos (SP) conta com uma linha de industrialização de carnes (*cubedbeef* e *roastbeef*), principalmente para exportação.

Empresas controladas diretas e indiretas

Controladas diretas localizadas no Brasil:

- Minerva Dawn Farms S.A (Minerva Fine Foods): iniciou suas atividades em 2009, estando localizada em Barretos (SP). Produz em diversas escalas e comercializa produtos à base de carne bovina, suína e de frangos e atende à demanda interna e externa no segmento de "Food Services";
- CSAP Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.: iniciou suas atividades em 2014, estando localizada em Barretos (SP), tendo como suas principais atividades, explorar a pecuária e a agropecuária mediante a criação e comercialização de gado vivo, ovino, suíno e outros animais vivos:
- Minerva Foods Asia Assessoria Ltda. (ex: Intermeat Assessoria e Comércio Ltda):
 adquirida no primeiro trimestre de 2016, tem como atividade principal a prestação de
 serviços de consultoria e assessoria na área de comercio exterior, para todo e qualquer
 ramo de atividade no setor alimentício: e
- Minerva Comercializadora de Energia Ltda.: iniciou suas atividades em 2016, estando localizada em São Paulo (SP), tendo como sua principal atividade, comercialização de energia elétrica.

Controladas diretas localizadas no exterior:

- Athena Foods S.A: Sediada em Santiago no Chile (UY), iniciou suas atividades em 2018, tem como atividade principal de consolidar a gestão de participações societárias e administração de bens próprios no Mercosul, tendo como controladas diretas a Pulsa S.A (UY), Frigorífico Carrasco S.A (UY), Frigomerc S.A (PY), Pul Argentina S.A (AR), Red Cárnica S.A.S (CO), Red Industrial Colombiana S.A.S (CO) e Minerva Foods Chile SPA (CL).
- Lytmer S.A: Sediada em Montevidéu no Uruguai (UY), tem como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo e prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios "trading";
- Friasa S.A: localizada em Assunção no Paraguai (PY);
- Minerva Middle East: escritório localizado no Líbano para fins de comercialização e vendas de produtos da Companhia;
- Minerva Colômbia SAS: sediada em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo:
- Minerva Live Cattle Export SPA: sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a venda de gado vivo para o mercado externo;
- Minerva Meats USA.: iniciou suas atividades em 2015 estando sediada em Chicago nos Estados Unidos, tendo como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios "trading";
- Minerva Austrália Holdings PTY Ltd.: Iniciou suas atividades em 2016 estando sediada em Brisbane na Austrália, tendo como controlada direta a Minerva Ásia Foods PTY Ltd; e
- Minerva Europe Ltd.: Iniciou suas atividades em 2017 estando sediada em Londres na Inglaterra, tendo como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios "trading".

Controladas indiretas localizadas no exterior:

- Pulsa S.A: frigorífico adquirido em janeiro de 2011, está localizado na Província de Cerro Largo, próximo à capital Melo, no Uruguai (UY). Opera no abate e desossa, com 85% de suas vendas destinadas ao mercado externo, principalmente os mercados Norte Americano e o Europeu;
- Frigorífico Canelones S.A., frigorifico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Pulsa S.A, localizado em Canelones no Uruguay (UY). Opera no abate, desossa e processamento de carne bovina, principalmente para cortes de carne refrigerados e congelados para exportação;
- Frigorífico Carrasco S.A: frigorífico adquirido em abril de 2014, localizado em Montevidéu no Uruguai (UY). Opera no abate, desossa e processamento de carne bovina e ovina, com aproximadamente 68% de suas vendas destinadas ao mercado externo;
- Frigomerc S.A: frigorífico adquirido em outubro de 2012, localizado em Assunção no Paraguai (PY). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo. Em 31 de julho de 2017;
- JBS Paraguay S.A, frigorifico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Frigomerc S.A, com sua sede localizada em Assunção no Paraguai (PY), se dedica às atividades de abate, desossa e processamentos de carnes;
- Indústria Paraguaya Frigorífica S.A. frigorifico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Frigomerc S.A, com sua sede localizada em Assunção no Paraguai (PY), se dedica às atividades de abate, desossa e processamentos de carnes.
- Pul Argentina S.A: Iniciou suas atividades em 2016 estando sediada em Buenos Aires na Argentina, tendo como controlada direta a Swift Argentina S.A.
- Swift Argentina S.A., frigorifico adquirido em julho de 2017 pela controlada indireta Pul Argentina S.A com sua sede localizada em Buenos Aires (AR), dedicada às atividades de processamento e industrialização de carne bovina, comercializando marcas próprias e de terceiros, com destaque para os produtos Swift;
- Red. Cárnica SAS: frigorífico adquirido em julho de 2015, localizado em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO). Opera no abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo;
- Red. Industrial Colombiana SAS: planta adquirida em julho de 2015, localizada em Ciénaga de Oro, próximo de Montería, região de Córdoba na Colômbia (CO), cujo objeto principal é elaboração de produtos para animais, especificamente, farinha de carne/osso, sangue e sebo;
- Minerva Foods Chile SPA: sediada em Santiago, Chile, tendo como atividade principal a comercialização e vendas de produtos da Companhia;
- Minerva Ásia Foods PTY Ltd. como atividade principal a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios "trading".

Transportes de cargas

 Transminerva Ltda.: localizada em Barretos (SP) opera no transporte de cargas atendendo à Companhia reduzindo seus gastos de fretes no país.

Empresas de Propósito Específico (EPE) para captação de recursos financeiros

- Minerva Overseas I: localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2006 para emissão de "Bonds" e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 200 milhões ocorrido em janeiro de 2007;
- Minerva Overseas II: localiza-se nas Ilhas Cayman, constituída em 2010 para emissão de "Bonds" e recepção dos respectivos recursos financeiros de US\$ 250 milhões ocorrido naguela data;
- Minerva Luxembourg S.A: localiza-se em Luxemburgo, constituída em 2011 para o propósito específico de emissão de "Bonds" e recepção dos recursos financeiros de US\$ 350 milhões e posterior "Retap" de US\$ 100 milhões ocorridos em fevereiro e março de 2012, respectivamente. Ainda no 1º trimestre de 2013, a mesma realizou uma operação de "oferta de recompra de títulos" utilizando os recursos financeiros obtidos com a emissão das notas de 2023 de US\$ 850 milhões com juros de 7,75% ao ano, bem como, procedeu no 3º trimestre de 2014 uma operação de "Retap" das notas de 2023 de US\$ 200 milhões. Durante o 3º trimestre de 2016, realizou uma oferta de US\$ 1 bilhão com juros de 6,50% ao ano, onde realizou a recompra das notas de 2023 no montante de US\$ 617.874. No 2º trimestre de 2017, realizou uma operação de "Retap" das notas de 2026 de US\$ 350 milhões. Durante o 4º trimestre de 2017, realizou uma oferta de US\$ 500 milhões com juros de 5,875% ao ano, onde realizou a recompra das notas de 2023 no montante de US\$ 198.042.

Demais controladas em fase pré-operacional

· Minerva Log S.A (logística).

As controladas diretas e indiretas acima citadas compõem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Controladas diretas		
Minerva Dawn Farms S/A	100,00%	100,00%
Friasa S/A	99,99%	99,99%
Minerva Overseas I	100,00%	100,00%
Minerva Overseas II	100,00%	100,00%
Minerva Middle East	100,00%	100,00%
Transminerva Ltda.	100,00%	100,00%
Minerva Log	100,00%	100,00%
Pulsa S.A.	-	100,00%
Frigorifico Carrasco S.A.	-	100,00%
Minerva Colômbia S.A.S	100,00%	100,00%
Lytmer S.A	100,00%	100,00%
Minerva Luxembourg S.A	100,00%	100,00%
Frigomerc S/A	<u>-</u>	100,00%
Minerva Live Cattle Export Spa	100,00%	100,00%
Minerva Foods Chile Spa	<u>-</u>	100,00%
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100,00%	100,00%
Red Cárnica S.A.S	-	100,00%
Red Industrial Colombiana S.A.S	<u>-</u>	100,00%
Minerva Meats USA Inc.	100,00%	100,00%
Minerva Foods Asia Assessoria Ltda	100,00%	100,00%
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	100,00%	100,00%
Minerva Australia Holdings PTY Ltd	100,00%	100,00%
Pul Argentina S.A	<u>-</u>	100,00%
Minerva Europe Ltd.	100,00%	100,00%
Athena Foods S.A.	100,00%	-

Controladas indiretas		
Frigorifico Carrasco S.A.	100,00%	<u>-</u>
Minerva Foods Chile Spa	100,00%	<u>-</u>
Red Cárnica S.A.S	100,00%	<u>-</u>
Red Industrial Colombiana S.A.S	100,00%	<u>-</u>
Pulsa S.A.	100,00%	<u>-</u>
Frigorífico Canelones S.A	100,00%	100,00%
Frigomerc S/A	100,00%	-
JBS Paraguay S.A	99,99%	99,99%
Industria Paraguaya Frigorífica S.A	99,99%	99,99%
Pul Argentina S.A	100,00%	-
Swift Argentina S.A	99,99%	99,99%
Minerva Ásia Foods PTY Ltd	100,00%	100,00%

31/12/2018

31/12/2017

Economia hiperinflacionária - Argentina

Em 30 de junho de 2018, de acordo com a avaliação realizada por diferentes participantes do mercado, a economia argentina foi considerado como hiperinflacionária a partir do dia 1° de julho de 2018, com o resultado da desvalorização do peso argentino e do incremento do nível geral de preços observado em períodos recentes, a inflação acumulada nos últimos três anos superou a marca de 100%.

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das subsidiárias que atuam em uma economias altamente inflacionária devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Concluímos que os reflexos deste impacto inflacionário, certamente não relevantes, decorrentes de nossas controladas argentinas foram apurados consistentemente e contabilizados em definitivo em nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Aprovação das Demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em 12 de março de 2019.

2. Aquisições de participações em empresas (Combinação de negócios)

JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A.

Em 31 de julho 2017, foram concluídas as aquisições da JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A. (em conjunto, denominadas "companhias adquiridas"), respectivamente pelas controladas da Companhia: Pul Argentina S.A., Frigomerc S.A. e Pulsa S.A. Referidas aquisições foram firmadas através de um documento denominado "*SPA*" para aquisição de 100% do capital social das companhias adquiridas. Portanto, a partir de 31 de julho de 2017, a Companhia, através das citadas controladas, passou a deter o controle das referidas companhias adquiridas. As companhias adquiridas atuam no mesmo *core business* da Companhia. Além disso, a JBS Argentina S.A. conta com duas plantas industriais de produtos processados, tendo como referência produtos da marca "Swift".

Estas aquisições estão alinhadas estrategicamente com o business plan da Companhia:

- Oportunidade de se tornar a mais diversificada plataforma de produção de carne bovina na América do Sul;
- Diversificação geográfica: Grupo Minerva passa a ter unidades de abate em 5 países da América do Sul, um aumento na capacidade de abate em aproximadamente 9 mil cabeças/dia (+52% sobre capacidade atual);
- Capacidade Minerva Consolidado: passa de 17,3 mil para 26,4 mil cabeças/dia; e
- Unidades adquiridas com certificação para exportação a mercados Premium incluindo EUA, Japão e China.

A compra foi concretizada pelo valor total US\$ 322.699.737 (equivalente a R\$ 1.010.082 em 31 de julho de 2017), dos quais US\$ 302.699.737 (equivalente a R\$ 947.480 em 31 de julho de 2017) foram pagos em dinheiro e US\$ 20.000 mil (equivalente a R\$ 62.602 em 31 de julho de 2017) permanecerão retidos para compensação de contingências.

Companhias adquiridas	Preço de aquisição	Parcela paga	Parcela retida
JBS Argentina S.A.	US\$ 182.699.737	US\$ 172.699.737	US\$ 10.000.000
JBS Paraguay S.A.	US\$ 105.000.000	US\$ 98.000.000	US\$ 7.000.000
Frigorífico Canelones S.A.	US\$ 35.000.000	US\$ 32.000.000	US\$ 3.000.000
Total	US\$ 322.699.737	US\$ 302.699.737	US\$ 20.000.000

Ao preço de compra de US\$ 300.000 mil foram adicionados US\$ 22.699.737 como ajuste ao preço de compra, nos termos definidos no contrato "SPA".

O direito de compensação de contingências mediante o uso da parcela retida deu direito ao reconhecimento de ativo indenizável no balanço patrimonial consolidado da Companhia, classificado na rubrica "Outros recebíveis". Este ativo indenizável, mensurado por US\$ 20.000 mil (mesmo montante da parcela retida), corresponde ao limite de reembolso contratual de compensações sobre as contingências levantadas pelos assessores jurídicos contratados pela Companhia, entretanto, o valor exato que será utilizado como compensação de contingências será formalizado pelas partes até o início de 2018. Em 20 de fevereiro de 2018, os vendedores formalizaram seu aceite no instrumento de acordo sobre a liberação de parcela retida. Desta forma, os compradores realizaram o pagamento de US\$ 2.000 mil (equivalente a R\$ 6.501 mil, àquela data), referente à diferença para a parcela original indenizável (US\$ 20.000 mil). Referido montante foi pago pela controlada Frigomerc S.A.

As companhias adquiridas possuem os seguintes ativos e capacidades operacionais:

Companhias adquiridas	Ativo	Capacidade
JBS Argentina S.A.	 05 unidades de abate e desossa; 02 unidades de processamento de produtos industrializados; 01 centro de distribuição 	5.050 cab/dia 4.774 ton/mês
JBS Paraguay S.A.	03 unidades de abate e desossa.	3.100 cab/dia
Frigorífico Canelones S.A.	01 unidade de abate e desossa.	900 cab/dia

Apresentamos a seguir o balanço patrimonial (resumido) de cada uma das companhias adquiridas, bem como um total combinado, em 31 de julho de 2017, elaboradas nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de negócios com base no valor justo (*fair value*) dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:

Em milhares de R\$		31/07/2017					
	Jbs Argentina	Jbs Paraguay	Frigorífico Canelones	Balanço Combinado			
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	31.389	31.667	18.662	81.719			
Contas a receber	137.162	121.787	36.820	295.769			
Estoques	95.288	51.895	16.051	163.234			
Tributos a recuperar	30.818	31.420	9.702	71.940			
Outros recebíveis	50.339	25.644	10.200	86.184			
Ativo não circulante							
Tributos a recuperar	21.588	-		21.588			
Ativos fiscais diferidos	44.618	2.736	7.216	54.570			
Outros recebíveis	377	285		663			
Imobilizado	794.913	295.348	118.406	1.208.666			
Intangível	93.404	397	235	94.036			
Ativo total	1.299.896	561.180	217.292	2.078.369			

	31/07/2017						
Em milhares de R\$	Jbs Argentina	Jbs Paraguay	Frigorífico Canelones	Balanço Combinado			
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	102.981	53.233	22.153	178.367			
Empréstimos e financiamentos	98.336	26.625	25.478	150.438			
Obrigações trabalhistas e tributárias	27.879	8.037	13.111	49.027			
Outras contas a pagar	6.070	13.689	2.908	22.668			
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	-	110.009		110.009			
Passivos fiscais diferidos	253.174	-	7.005	260.179			
Provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambiental	75.504	26.138	10.747	112.389			
Patrimônio líquido	735.952	323.450	135.890	1.195.291			
Patrimônio líquido e passivo	1.299.896	561.180	217.292	2.078.369			

A seguir, apresentamos as contas patrimoniais das companhias adquiridas ativas e passivas em que foram impactadas pelo efeito de mensuração ao valor justo (*fair value*) em 31 de julho de 2017:

		Ativos id	lentificáveis		Passivos	idos		
Em milhares de R\$	Outros recebíveis	Ativos fiscais diferidos	lmobilizado	Intangível	Passivos fiscais diferidos	Provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambiental	PL Patrimônio líquido	
Jbs Argentina S.A.								
Valor contábil	19.033	-	161.459	2.533	-	43.228	265.771	
Ajuste de valor justo	31.307	-	633.454	90.871	253.174	32.276	470.181	
Valor justo	50.339		794.913	93.404	253.174	75.504	735.952	
Jbs Paraguay S.A.								
Valor contábil	3.711	4.514	292.178	-	-	18.812	307.450	
Ajuste de valor justo	21.934	(1.778)	3.170	-	-	7.326	16.000	
Valor justo	25.644	2.736	295.348			26.138	323.450	
Frigorífico Canelones S.A.								
Valor contábil	808	-	97.816		-	8.785	114.875	
Ajuste de valor justo	9.392	-	20.590	-	7.005	1.963	21.015	
Valor justo	10.200	-	118.406	-	7.005	10.747	135.890	
Total combinado								
Valor contábil	23.551	4.514	551.452	2.533	-	70.824	688.096	
Ajuste de valor justo	62.632	(1.778)	657.214	90.871	260.179	41.564	507.196	
Valor justo	86.184	2.736	1.208.666	93.404	260.179	112.389	1.195.291	

Caso as Companhias adquiridas tivessem sido consolidadas a partir de 01/01/2017, na demonstração do resultado teria sido incluída a receita de R\$ 1.763.311 e o lucro de R\$ 41.371:

Em milhares de R\$	31/07/2017						
	Jbs Argentina	Jbs Paraguay	Frigorífico Canelones	Balanço Combinado			
Receita operacional líquida	807.329	698.625	257.357	1.763.311			
Resultado do período de jan/2017 a jul/2017	11.924	27.636	1.812	41.371			

Determinação do goodwill e dos ganhos provenientes de compras vantajosas

Apresentamos, a seguir, a apuração dos valores de *goodwill* e ganhos por compras vantajosas, que correspondem às diferenças entre os preços de compra pela aquisição de controle das companhias adquiridas em relação aos valores dos acervos líquidos aferidos ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em 31 de julho de 2017:

	31/07/2017					
Em milhares de US\$	Jbs Argentina	Jbs Paraguay	Frigorífico Canelones	Total		
(i) Contraprestação transferida	182.700	105.000	35.000	322.700		
(ii) Patrimônio líquido (fair value)	235.077	103.227	43.406	381.710		
(i) - (ii) Goodwill / Ganho por compra vantajosa	(52.377)	1.773	(8.406)	(59.010)		
(i) - (ii) Goodwill / Ganho por compra vantajosa (R\$ mil)	(172.946)	5.766	(26.949)	(194.129)		

Os valores dos ganhos de R\$ 172.946 e R\$ 26.949 provenientes de compras vantajosas, acima demonstradas, foram registrados na demonstração de resultados, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", das empresas PUL Argentina S.A. e PULSA S.A., respectivamente, na data da aquisição, conforme CPC 15 (R1). Estes valores foram provenientes principalmente do registro do valor justo do ativo imobilizado, nas duas unidades, e do ativo intangível, somente na PUL Argentina.

O *goodwill* no montante de R\$ 5.766 foi registrado no balanço patrimonial, na rubrica "Intangível" da Frigomerc S.A.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação Societária Brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional de Companhia.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

4. Resumo das principais políticas contábeis

a) Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influência significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

c) Operações no exterior

As Companhias controladas diretas e indiretas no exterior adotaram as seguintes moedas funcionais para as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018:

- Moeda guarani (Paraguai-PY) Friasa S.A.;
- Moeda dólar norte americano (US\$) Athena Foods S.A, Frigomerc S.A, Pulsa S.A, Frigorífico Carasco S.A, Lytmer S.A.; Minerva Overseas I, Minerva Overseas II, Minerva Meat USA, Minerva USA LLC e Minerva Luxembourg;
- Moeda libra esterlina (GBP) Minerva Europe Ltd.;
- Moeda peso/chileno Minerva Foods Chile SpA e Minerva Live Cattle Export SPA;
- Moeda peso/colombiano Minerva Colômbia S.A.S, Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S;
- Moeda dólar australiano Minerva Austrália Holdings PTY Ltd.; Minerva Asia Foods PTY Ltd.:
- **Peso/ argentino** Pul Argentina S.A.

Tais demonstrações contábeis, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais - R\$ por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real - R\$, na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao Patrimônio Líquido (PL)
 convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do
 período/exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas
 em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido
 e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico
 seguinte;
- As receitas, custos e despesas do período/exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Outros resultados abrangentes";
- Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Companhias do "Grupo Minerva" que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício ou períodos apresentados. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de "outros resultados abrangentes" e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente.

Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Reclassificação de saldos nas demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findos em 31 de dezembro de 2017

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, revisou algumas de suas práticas contábeis referente a reclassificação e apresentação sobre determinadas operações que resultaram em impacto no fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e financiamento no demonstrativo do fluxo de caixa, resumidas a seguir que refletem as reclassificações dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A citada reapresentação está sendo efetuada como previsto pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 23 — Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-2), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) — Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-5), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), ambos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Apresentamos a seguir somente as rubricas contábeis onde houveram impactos de reclassificações as demonstrações de fluxo de caixa:

Demonstração do fluxo de caixa

		Controladora		Consolidado		
	31/12/2017		31/12/2017	31/12/2017		31/12/2017
Flores de seites des eticidades accessionsis	(Saldo anterior)	Reclassificação	(Saldo reclassificado)	(Saldo anterior)	Reclassificado	(Saldo reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais Resultado do período Ajustes para conciliar o lucro / prejuízo líquido pelas atividades operacionais:	(281.023)	-	(281.023)	(280.683)	-	(280.683)
Perda estimada com crédito da liquidação duvidosa	-	758	758	-	3.307	3.307
Resultado na venda do imobilizado	-	1.657	1.657		2.009	2.009
Variação cambial não realizada	220.675	32.387	188.288	253.274	(33.633)	219.641
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(197.964)	(758)	(198.722)	(460.520)	(3.307)	(463.827)
	352.196	(30.790)	321.406	581.387	(31.624)	549.763
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	-	6.826	(6.826)	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	352.196	(30.790)	321.406	588.213	(38.450)	549.763
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento						
Aquisição de intangível, líquido	(11.625)	-	(11.625)	(18.237)	-	(18.237)
Aquisição de imobilizado, líquido	(137.541)	(1.657)	(139.198)	(252.278)	(2.009)	(254.287)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(1.415.034)	(1.657)	(1.416.691)	(1.384.089)	(2.009)	(1.386.098)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento		1				
Caixa proveniente de atividades de financiamento	1.371.780	-	1.371.780	1.205348	-	1.205.348
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	32.447	32.447	-	40.459	40.459
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	308.942		308.942	409.472	-	409.472
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	308.942	-	308.942	409.472		409.472

g) Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

i) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

h) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

i) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

j) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão de acordo com o pronunciamento contábil adorado a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- Custo de amortização: Os ativos mensurados ao custo de amortização dever ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiros dor mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.
- Valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia devera reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.
- Valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros devem ser mensurados
 ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes
 condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de
 negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa
 contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do
 ativo financeiro derem origem, em datas especificas e juros sobre o valor do
 principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

 Desreconhecimento ativos financeiros: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivo financeiro ao custo amortizado: A Companhia devera classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambias são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.
- Desreconhecimento Passivos Financeiros: Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis , tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* – NDF), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotou por sua opção a política de contabilização pelo método do *hedge accounting*. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório.

k) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

I) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

m) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to market* - MtM".

n) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (Deemed Cost).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o período corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora ao ano	Consolidado ao ano
Edifícios	2,72%	2,27%
Máquinas e equipamentos	8,70%	8,39%
Móveis e utensílios	9,61%	8,46%
Veículos	9,47%	9,60%
Hardware	18,22%	18,02%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 21, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

o) Arrendamento mercantil de bens do ativo imobilizado

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, e são depreciados pelo prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

p) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controladas

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

q) Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment Test")

Ativos financeiros

A Companhia avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

r) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 9,87 % ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício ou período corrente e diferido das Companhia e suas subsidiárias localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

u) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

v) Benefícios a empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento.

w) Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia espera ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia satisfaça sua obrigação de desempenho.

A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa nº 23.

x) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

y) Informações por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas.

z) Novos pronunciamentos técnicos adotados

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Administração efetuou sua adoção conforme mencionado abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

Em 2014, foi emitida pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (hedge accounting).

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

A seguir apresentamos os principais tópicos avaliados:

i) Classificação e mensuração

As avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Companhia para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/CPC 38.

A Administração adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as informações contábeis do exercício da Companhia e suas subsidiarias.

ii) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implementou modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pela IFRS 9.

A Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada e registram perdas esperadas durante toda a vida ou para 12 meses, conforme as características dos ativos financeiros.

IFRS 15 Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de contratos com clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A Companhia realizou uma avaliação dos impactos potenciais do IFRS 15 e não identificou impactos relevantes em relação às práticas atualmente utilizadas.

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As emissões e alterações de normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que são efetivas para o exercício iniciado em 2019. A Companhia descreve os principais pontos da revisão das novas normas a seguir:

IFRS 16/CPC 06 – Leases (Arrendamento mercantil)

Essa nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. O IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 / CPC 06(R1) — Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 5 e SIC 27) — Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 possa ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações, no qual espera não ter impactos relevantes.

a.a.) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas compõem-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa	394	671	9.043	5.624
Bancos conta movimento	3.393	5.287	177.214	1.078.391
Disponibilidades em moedas estrangeiras	2.846.114	2.194.587	2.847.615	2.194.587
•	2.849.901	2.200.545	3.033.872	3.278.602
Certificado Depósito Bancário (CDB) Debêntures	900.530 301.394	283.810 67.670	929.841 335.737	354.469 91.431
Títulos de capitalização	2.000	2.018	2.000	2.018
Fundo de investimento		<u>-</u>	-	609
Outros ativos financeiros	-		95.535	80.213
	1.203.924	353.498	1.363.113	528.740
	4.053.825	2.554.043	4.396.985	3.807.342

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram classificadas conforme suas características e sua intenção como mensurados: (i) pelo valor justo por meio do resultado ou (ii) custo amortizado e estão demonstrados resumidamente como segue:

	Controladora		Consc	olidado
<u> </u>	31/12/18 31/12/17		31/12/18	31/12/17
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.201.924	351.480	1.361.113	526.722
Custo amortizado	2.000	2.018	2.000	2.018
	1.203.924	353.498	1.363.113	528.740

6. Contas a receber

	Controladora		Cons	olidado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Duplicatas a receber - mercado interno	131.617	175.997	404.489	520.554
Duplicatas a receber - mercado externo	634.410	327.001	1.399.221	888.335
Duplicatas a receber - partes relacionadas	38.841	7.071	-	-
	804.868	510.069	1.803.710	1.408.889
(-) Perdas esperadas com créditos	(16.813)	(20.072)	(20.355)	(23.429)
	788.055	489.997	1.783.355	1.385.460

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Contro	Controladora		idado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
A vencer:	389.609	294.844	1.268.235	998.528
Vencidas:				
Até 30 dias	207.573	101.750	274.622	227.699
De 31 a 60 dias	94.217	41.084	116.078	75.340
De 61 a 90 dias	38.471	44.583	51.185	57.109
Acima de 91 dias	74.998	27.808	93.590	50.213
	804.868	510.069	1.803.710	1.408.889

A movimentação das perdas esperadas com créditos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão assim representadas:

	Controladora	Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(19.100)	(19.908)	
Créditos provisionados	(5.111)	(8.599)	
Créditos recuperados	3.572	3.572	
Créditos baixados		1.720	
Variação cambial	(214)	(214)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(20.072)	(23.429)	
Créditos provisionados	(3.959)	(5.980)	
Créditos recuperados	9.219	11.216	
Créditos baixados	-	-	
Variação cambial	(2.001)	(2.162)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(16.813)	(20.355)	

A Companhia tem à sua disposição um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para alienação de partes de seus recebíveis do mercado interno, no montante de R\$ 165.498 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 132.934), sem coobrigação ou direito de regresso, sendo R\$ 7.593 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 5.611) constituídos por cotas subordinadas.

O percentual de participação e o número de cotas no FIDC referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao FIDC.

Conforme Circular CVM nº 01/2017, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e consequentemente, exposição aos riscos advindos da mesma. Desta forma a Companhia está exposta ao risco de *default* limitado as suas cotas subordinadas.

Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência, os quais são verificados pelo baixo valor de créditos provisionados, quando comparado com receitas de vendas realizadas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estoques

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
			·	
Produtos acabados	381.235	362.504	602.474	615.005
Almoxarifados e materiais secundários	30.114	24.573	89.985	107.804
	411.349	387.077	692.459	722.809

8. Ativos biológicos

A Companhia e suas controladas que possuem atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "Mark to Market (MtM)", menos as despesas estimadas de vendas, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios.

As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebar	nho
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	120.140	141.706
Aumento devido a aquisições	271.292	407.683
Diminuição devido a vendas	(261.450)	(376.737)
(Diminuição)/Aumentos líquidos devido aos nascimentos (mortes)	(1.086)	(1.477)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	42.171	43.142
Saldo em 31 de dezembro de 2017	171.067	214.317
Aumento devido a aquisições	286.140	423.806
Diminuição devido a vendas	(306.302)	(462.852)
(Diminuição)/Aumentos líquidos devido aos nascimentos (mortes)	(3.837)	(4.500)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(17.274)	(14.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	129.794	156.698

Em 31 de dezembro de 2018, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 45.102 bovinos (em 31 de dezembro de 2017, 62.457), os animais mantidos em confinamento eram compostos de 9.961 (em 31 de dezembro de 2017, 20.389).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Conso	lidado
- -	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Programa de Integração Social (PIS)	104.671	98.565	105.135	98.655
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	329.761	341.315	331.900	341.685
Reintegra	1.650	1.650	25.253	18.500
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	86.652	156.192	99.896	168.470
IRPJ e CSLL	253.542	248.071	294.218	265.193
Crédito presumido de IPI	3	3	3	3
IVA	-	-	145.593	132.852
Outros tributos a recuperar	19.424	19.387	40.273	38.904
	795.703	865.183	1.042.271	1.064.262
Circulante	616.313	685.793	858.843	863.515
Não circulante	179.390	179.390	183.428	200.747

PIS e a Cofins

Os créditos do PIS e da Cofins são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis no 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Atualmente, a Companhia e suas controladas finalizaram a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, foram devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB), o que vem gerando um valor significativo de restituição destes créditos no decorrer dos exercícios de 2018 e 2019.

Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida à segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 104.905 na controladora e no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

Do mencionado saldo credor, parte substancial encontra-se em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo dos exercícios de 2018 e 2019. Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totaliza o montante de R\$ 55.096 na controladora e consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições na descrição abaixo, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

	Controlad	dora
Mútuos a receber	31/12/18	31/12/17
Minerva Dawn Farms S.A. (Minerva Fine Foods) (a)	54.181	27.529
Transminerva Ltda. (b)	26.288	26.238
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A (c)	21.744	21.744
Minerva Overseas Ltd (d)	390.060	243.438
Minerva Luxemburg S.A. (e)	156.374	-
Athena S.A. (f)	1.007.448	-
	1.656.095	318.949

- (a) Empréstimo efetuado à Minerva Dawn Farms S.A (Atual Minerva Fine Foods) para capital de giro;
- (b) Despesas da controlada Transminerva e capital de giro, a serem reembolsadas;
- (c) Empréstimo efetuado à CSAP Companhia Sul Americana de Pecuária S.A. para capital de giro;
- (d) Empréstimo efetuado à Minerva Overseas Ltda., a ser reembolsado;
- (e) Empréstimo efetuado a Minerva Luxemburg S.A., a ser reembolsado;
- (f) Empréstimo efetuado a Athena S.A., a ser reembolsado.

	Controlad	ora
Mútuos a pagar	31/12/18	31/12/17
Minerva Luxemburg (a)	-	85.497
Minerva Overseas II Ltd (b)	1.773.385	1.693.850
Minerva Log S.A (c)	2	-
	1.773.387	1.779.347

- (a) Empréstimo efetuado pela Minerva Luxemburg à controladora;
- (b) Empréstimo efetuado pela Minerva Overseas II à controladora;
- (c) Empréstimo efetuado pela Minerva Log S.A à controladora.

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

	Control	adora	Consc	olidado
Contas a pagar - Fornecedores	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Minerva Dawn Farms S/A	6.118	4.253	-	-
Transminerva Ltda.	11	105	-	-
Frigomerc S.A.	-	1.585	-	
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	13.749	7.153	-	-
Pul Argentina S.A	-	1.190	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	-	4.300	-	-
Athena S.A.	9.913	-	-	-
Aquisição de outras partes relacionadas	16.929	24.236	19.171	24.236
	46.720	42.822	19.171	24.236

	Controladora		Consolidado	
Contas a receber de clientes	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Minerva Dawn Farms S/A	74	2.148	-	
Frigomerc S.A.	-	103	-	-
Pulsa S.A.	-	38	-	
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	6.308	4.782	-	-
Pul Argentina S.A.	-	-	-	-
Frigorífico Carrasco S.A.	-	-	-	-
Athena S.A.	32.459	-	-	-
	38.841	7.071	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receita de vendas				
Minerva Dawn Farms S.A.	21.565	31.679	-	-
Pulsa S.A	17.988	12.477	-	-
Frigorífico Carrasco S.A.	8.725	6.436	-	-
Mato Grosso Bovinos S.A.	-	6.414	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	25.152	5.439	-	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A	10.398	4.210	-	-
Minerva Chile SPA	1.657	-	-	-
Athena S.A.	10.199	-	-	-
	95.684	66.655	-	-
Compras				
Minerva Dawn Farms S.A.	43.455	46.364	-	-
Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A.	-	120.058	-	-
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	121.513	77.537	-	-
Pulsa. S.A.	6.982	8.537	-	-
Frigomerc S.A.	70.917	67.392	-	-
Frigorífico Carrasco S.A.	6.302	8.525	-	-
Pul Argentina S.A.	18.032	1.215	-	-
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	14.212	9.144	-	-
Mato Grosso Bovinos S.A.	-	96.357	-	-
Athena S.A.	49.721	-	-	-
	331.134	435.129	-	-
Compras de bovinos:				
Aquisição de outras partes relacionadas (a)	130.199	108.687	133.165	142.359
Aquisição de outras partes relacionadas	130.199	108.687	133.165	142.359

(a) Saldo a pagar a outras partes relacionadas, refere-se à aquisição de bovinos com empresas pertencentes a acionistas da Companhia, realizadas com base em preços e prazo em condições de mercado realizados com partes não relacionadas.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas mantêm transações comerciais entre si, principalmente de operações de compras e vendas mercantis e empréstimo de mútuo, de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram registradas quaisquer Provisão para Perdas Esperadas com Créditos, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (Conselheiros de Administração, Conselho Fiscal e Diretores estatutários da Companhia) no montante de R\$ 14.396 (R\$ 13.193 em 31 de dezembro de 2017). Toda a remuneração é de curto prazo, conforme demonstrativo a seguir:

	Membros 2018	31/12/18	31/12/17
Diretoria executiva e Conselho de Administração e Fiscal	21	14.396	13.193
	21	14.396	13.193

Os membros suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem.

Em caso de rescisão de contrato de trabalho não existem quaisquer benefícios pós-emprego.

11. Investimentos

A movimentação dos investimentos da Minerva S.A em controladas está demonstrada a seguir:

		Integralização de capital em controlada com					
Participação	Saldo em	transferência de		Ajuste de	Integralização de	Equivalência	Saldo em
Percentual	31/12/17	participações	Agio	conversão	capital/(redução)	patrimonial	31/12/18
	324.047	(171.542)	(18.838)	-	-	-	133.667
100.00%	162.448	-		27.834	-	(56)	190.226
100.00%		-		68.329	-	(6)	467.112
100.00%	37	-			-	-	37
100.00%	22	-			-	-	22
100.00%	83.390	-		-	-	(18.507)	64.883
100.00%	330.414	(396.537)		68.546	<u>-</u>	(2.423)	-
100.00%	694.418	(862.154)		111.121	-	56.615	-
100.00%	1.002	-		95	-	(1.097)	-
100.00%	5.049	-		301	-	488	5.838
100.00%	75.179	(81.226)		13.569,	-	(7.522)	-
100.00%	46.933	-		7.638	-	(7.501)	47.070
100.00%	756	-		-	-	(19)	737
100.00%	8.376	-		322	-	161	8.859
100.00%	523	-		-	-	-	523
100.00%	4.775			542	-	(8.025)	-
100.00%	143.592	(197.918)		34.895	-	19.431	-
100.00%	8.574	(9.997)		1.939	-	(516)	-
		-		-			521
	79.217	<u>-</u>		<u>-</u>	25.000	(23.674)	80.543
100.00%	3.072	<u>-</u>		(1.767)	34.232	2.565	38.102
100,00%	696.358	(529.505)		(349.547)	-	182.694	-
100,00%	306	-		26	-	-	332
100,00%	-	2.246.171		164.523	(1.041.014)	49.458	1.419.138
	3.067.676	-	(18.838)	148.366	(977.312)	237.718	2.457.610
	(25.729)	-		-	-	(1.130)	(26.859)
100.00%	(1.217.466)	-		(231.693)	-	(297.331)	(1.746.490)
	(1.243.195)	-		(231.693)	-	(298.461)	(1.773.349)
	1.824.481		(18.838)	(83.327)	(977.312)	(60.743)	684.261
	Percentual 100.00%	Percentual 31/12/17 324.047 100.00% 162.448 100.00% 398.789 100.00% 37 100.00% 22 100.00% 83.390 100.00% 330.414 100.00% 694.418 100.00% 5.049 100.00% 75.179 100.00% 75.179 100.00% 756 100.00% 8.376 100.00% 523 100.00% 4.775 100.00% 4.775 100.00% 399 100.00% 399 100.00% 79.217 100.00% 3072 100,00% 306 306 100,00% 306 100,00% - 3.067.676 100.00% (1.217.466) (1.243.195)	Participação Percentual Saldo em 31/12/17 em controlada com transferência de participações 324.047 (171.542) 100.00% 162.448 - 100.00% 398.789 - 100.00% 37 - 100.00% 83.390 - 100.00% 330.414 (396.537) 100.00% 694.418 (862.154) 100.00% 1.002 - 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.6 - 100.00% 75.179 (10.206) 100.00% 8.376 - 100.00% 4.775 2.708 100.00% 143.592 (197.918) 100.00% 3.99 - 100.00% 79.217 -	Participação Percentual Saldo em 31/12/17 em controlada com transferência de participações Ágio 324.047 (171.542) (18.838) 100.00% 162.448 - 100.00% 398.789 - 100.00% 37 - 100.00% 83.390 - 100.00% 330.414 (396.537) 100.00% 694.418 (862.154) 100.00% 5.049 - 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (81.226) 100.00% 75.179 (9.97) 100.00% 4.775 2.708 100.00% 143.592 (197.918) 100.00% 3.99 - 100.00% 3.072 - 100.00%	Participação Percentual Saldo em 31/12/17 em controlada com transferência de participações Ágio conversão 324.047 (171.542) (18.838) - 100.00% 162.448 - 27.834 100.00% 398.789 - 68.329 100.00% 37 - - 100.00% 83.390 - - 100.00% 330.414 (396.537) 68.546 100.00% 694.418 (862.154) 111.121 100.00% 1.002 - 95 100.00% 5.049 - 301 100.00% 75.179 (81.226) 13.569, 100.00% 46.933 - - 100.00% 8.376 - - 100.00% 5.23 - - 100.00% 4.775 2.708 542 100.00% 3.99 - - 100.00% 79.217 - - 100.00% 3.072 - (1.767	Participação Percentual Saldo em 31/1/2/17 em controlada com transferência de participações Ágio conversão Integralização de capital/(redução) 324.047 (171.542) (18.838) - - 100.00% 162.448 - 27.834 - 100.00% 398.789 - 68.329 - 100.00% 37 - - - 100.00% 83.390 - - - 100.00% 330.414 (396.537) 68.546 - 100.00% 694.418 (862.154) 111.121 - 100.00% 5.049 - 95 - 100.00% 75.179 (81.226) 13.569, - 100.00% 46.933 - 7.638 - 100.00% 75.6 - - - 100.00% 8.376 - 322 - 100.00% 4.775 2.708 542 - 100.00% 45.592 (197.918) 34.895<	Participação Perentual Saldo em transferência de participações Ágio conversão Integralização de capital/(redução) Equivalência partimonial partimonial 100.00% 162.448 (171.542) (18.838) -

- (*) Informações consolidadas das seguintes empresas (Vide Nota Explicativa nº 1):
 - Pulsa S.A.: consolidada a controlada Frigorífico Canelones S.A.;
 - Frigomerc S/A.; consolidada as controladas JBS Paraguay S.A e Industria Paraguaya Frigorífica S.A.;
 - Minerva Australia Holdings PTY Ltd.: consolidada a controlada Minerva Ásia Foods PTY Ltd.;
 - Pul Argentina S.A.: consolidada a controlada Swift Argentina S.A.;

 Athena Foods S.A.: consolidada as controladas Pulsa S.A, Frigorífico Carrasco S.A, Frigomerc S.A, Pul Argentina S.A, Red Cárnica S.A.S, Red Industrial Colombiana S.A.S e Minerva Foods Chile SPA.

Em 21 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou submeter apreciação da Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada Mato Grosso Bovinos S.A. pela controladora Minerva S.A. Aprovada a incorporação pelo Conselho de Administração e submetida a operação na data base de 30 de junho de 2017.

Em 19 de setembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou submeter apreciação da Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A. pela controladora Minerva S.A. Aprovada a incorporação pelo Conselho de Administração e submetida a operação na data base de 31 de outubro de 2017.

Em julho de 2018 foi constituída a Athena Foods S.A, controlada direta da Companhia, com sede em Santiago no Chile, e na sequência foi efetuado o aumento do capital social com as participações societárias das seguintes empresas Pulsa S.A (UY), Frigorífico Carrasco S.A (UY), Frigomerc S.A (PY), Pul Argentina S.A (AR), Red Cárnica S.A.S (CO), Red Industrial Colombiana S.A.S (CO) e Minerva Foods Chile SPA (CL), no final de Setembro, que passou a ser controladas indiretas da Companhia.

Sumário das demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2018:

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido/ (Passivo a Descoberto)
Minerva Overseas Ltd.	100.00%	13	580.273	-	390.060	190.226
Minerva Overseas II Ltd.	100.00%	120	1.773.385	-	1.306.393	467.112
Minerva Middle East Ltd.	100.00%	37	-	-	-	37
Minerva Dawn Farms S.A.	100.00%	2 9.078	101.092	8.805	56.482	64.883
Minerva Luxemburg S.A.	100.00%	100.559	5.437.689	147.450	7.137.289	(1.746.491)
Friasa S.A.	99.99%	-	-	-	-	-
Transminerva Ltda.	100.00%	54	326	83	27.158	(26.861)
Minerva Log S.A.	100.00%	20	2	-	-	22
Lytmer S.A.	100.00%	75.554	8.416	36.899	-	47.071
Minerva Colombia SAS	100.00%	5.326	556	45	-	5.837
CSAP - Companhia Sul Americana de Pecuária S.A.	100.00%	73.207	1.630	41.725	32.375	737
Minerva Live Cattle Export Spa	100.00%	10.110	13.118	13.796	574	8.858
Minerva Meats USA LLC	100.00%	524	-	-	-	524
Minerva Foods Asia Assessoria Ltda	100.00%	145	-	115	-	30
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100.00%	84.029	-	3.486	-	80.543
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	100.00%	44.450	12.252	9.853	8.747	38.102
Minerva Europe Ltd	100,00%	608	-	-	275	333
Athena Foods S.A (*)	100,00%	1.673.077	1.974.125	889.476	1.338.600	1.419.126
Total		2.096.911	9.902.864	1.151.733	10.297.953	550.089

(*) Informações consolidadas das seguintes empresas (Vide Nota Explicativa nº 1):

Athena Foods S.A.: consolidada as controladas Pulsa S.A, Frigorífico Carrasco S.A, Frigomerc S.A, Pul Argentina S.A, Red Cárnica S.A.S, Red Industrial Colombiana S.A.S e Minerva Foods Chile SPA.

A seguir, apresentamos o resultado das controladas que tiveram movimentações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/	18	31/12/17		
		Lucro (Prejuízo)		Lucro (Prejuízo)	
	Receita líquida	do exercício	Receita líquida	do exercício	
Minerva Indústria de Alimentos Ltda.			401.815	22.063	
	404 450	(7.500)			
Frigorífico Matadero Carrasco S.A.	464.458	(7.523)	382.020	(33.693)	
Minerva Overseas Ltd	·	(56)	-	(4.141)	
Minerva Overseas II Ltd	-	(6)	-	24	
Red Cárnica SAS	369.213	19.431	381.428	(12.538)	
Minerva Dawn Farms S.A.	43.999	(18.506)	75.672	(12.820)	
Red Industrial Colombiana SAS	8.122	(516)	8.445	(238)	
Minerva Luxemburg S.A.	-	(297.331)	-	(274.331)	
Friasa S.A.	-	(1.096)	-	1.757	
Transminerva Ltda.	3	(1.129)	574	(1.507)	
Minerva Log S.A.	-	-	-	(43)	
Lytmer S.A.		(7.501)	201.980	(3.014)	
Pulsa S.A.	742.228	(2.423)	705.413	27.873	
Frigomerc S.A.	1.736.860	56.615	1.577.955	54.126	
Minerva Foods Chile Spa	113.199	(8.026)	100.958	(1.174)	
Minerva Colombia SAS	5.020	488	16.600	(2.449)	
CSAP - Companhia Sul Americana de					
Pecuária S.A.	138.145	(19)	82.542	(78.871)	
Mato Grosso Bovinos S.A.	-	-	346.477	8.644	
Minerva Live Cattle Spa	-	161	-	(250)	
Minerva Foods Asia Assessoria Ltda	-	(4.348)	15	(2.793)	
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	1.451.547	(23.674)	1.084.077	48.177	
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	201.115	2.566	182.812	(567)	
PUL Argentina S.A	1.486.058	182.695	662.300	140.440	
Minerva Europe Ltd	1.075	-	-	-	
Athena S.A.	1.993.623	49.458	-	<u>-</u>	

Todos os valores estão expressos a 100% dos resultados das controladas

12. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31/12/2018 e 31/12/2017:

Controladora					
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/18 Líquido	31/12/17 Líquido
Edifícios	2,72%	998.407	(177.017)	821.390	807.207
Máquinas e equipamentos	8,70%	968.781	(282.049)	686.732	658.850
Móveis e utensílios	9,61%	10.107	(4.682)	5.425	5.149
Veículos	9,47%	12.909	(7.447)	5.462	7.283
Hardware	18,22%	11.717	(6.994)	4.723	4.661
Terrenos		76.120	-	76.120	75.877
Reflorestamento		3.193	(1.729)	1.464	2.842
Imobilizações em andamento		218.699	-	218.699	281.580
Provisão para redução ao valor					
recuperável de ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
		2.278.415	(479.918)	1.798.497	1.821.931

Consolidado					
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2018 <u>Líquido</u>	31/12/17 Líquido
Edifícios	2,27%	2.156.760	(438.568)	1.718.192	1.586.568
Máquinas e equipamentos	8,39%	2.089.336	(815.616)	1.273.720	1.302.541
Móveis e utensílios	8,46%	33.675	(17.677)	15.998	9.725
Veículos	9,60%	32.901	(25.076)	7.825	12.379
Hardware	18,02%	26.191	(17.520)	8.671	6.307
Terrenos		302.306	-	302.306	275.735
Reflorestamento		3.193	(1.729)	1.464	2.842
Imobilizações em andamento		269.929	3.976	273.905	324.073
Provisão para redução ao valor					
recuperável de ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
		4.892.773	(1.312.210)	3.580.563	3.498.652

b) Movimentação sumária do imobilizado no período de 01/01/2018 a 31/12/2018:

Controladora	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Reflorest.	Obras em andamento	Provisão p/ redução ao valor recup. de ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	807.207	658.850	5.149	7.283	4.661	75.877	2.842	281.580	(21.518)	1.821.931
Adições	=	296	-	-	-	243		74.451	-	74.990
Transferências	37.415	97.112	997	429	1.379	-	-	(137.332)	-	-
Alienações	-	(1.651)	(3)	(832)	(30)	-	-	-	-	(2.516)
_ Depreciação	(23.232)	(67.875)	(718)	(1.418)	(1.287)	-	(1.378)	-	-	(95.908)
Saldo 31 de dezembro de 2018	821.390	686.732	5.425	5.462	4.723	76.120	1.464	218.699	(21.518)	1.798.497

Consolidado	Edifícios	Máq. e equipam.	Móveis e Utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Reflorest.	Obras em andamento	Provisão p/ redução ao valor recup. de ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.586.568	1.302.541	9.725	12.379	6.307	275.735	2.842	324.073	(21.518)	3.498.652
Adições	14.501	34.182	1.608	406	1.975	1.680	-	126.685	-	181.037
Transferências	73.333	105.987	2.206	365	2.857	-	-	(184.748)	-	-
Alienações	(128)	(2.592)	(10)	(1.218)	(61)	-	-	267	-	(3.742)
Depreciação	(58.491)	(144.193)	(4.482)	(5.025)	(2.386)	-	(1.378)	-	-	(215.955)
Ajuste de conversão	74.337	(56.798)	6.453	293	(21)	12.615	-	4.822	-	41.701
Correção Monetária de Balanço	28.072	34.593	498	625	-	12.276	-	2.806		78.870
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.718.192	1.273.720	15.998	7.825	8.671	302.306	1.464	273.905	(21.518)	3.580.563

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: Atendimento a normas regulatórias (NR's), estruturação e expansão dos Centros de Distribuição.

d) Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, desde 2013 a planta industrial de Goianésia (GO), por questões estratégicas, encontra-se subutilizada. Desta forma, a análise do valor da planta por geração de caixa foi prejudicada, neste sentido optou-se pela avaliação do valor de venda líquido das despesas de vendas. Com base em avaliação realizada por empresa independente, foi identificado que a referida planta possui um valor superior ao seu valor de realização por venda de R\$ 34.175, sendo R\$ 21.518 de imobilizado e R\$ 12.657 por expectativa por rentabilidade futura, o qual originou o registro de provisão para o valor recuperável.

e) Valores oferecidos em garantia

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 78.919 (R\$ 151.738 em 31 de dezembro de 2017).

13. Intangível

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	
Ágio pago em aquisições	272.372	272.372	590.705	612.107	
Direito de uso de Aeronave	1.793	1.793	1.793	1.793	
Cessão de Servidão de passagem	250	250	250	250	
Marcas e patentes	<u>-</u>	-	85.416	91.420	
Software	20.395	17.733	22.629	20.051	
	294.810	292.148	700.793	725.621	

A movimentação no intangível durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 encontrase demonstrada a seguir:

		Controladora								
	Ágio pago em aquisições	Direto de uso de aeronave	Cessão de servidão de passagem	Softwares adquiridos	Total					
Saldo 31 de dezembro de 2017	272.372	1.793	250	17.733	292.148					
Aquisição	-	-	-	5.303	5.303					
Incorporação / Aquisição de										
empresas	-	-	-	-	-					
Amortização	-	-	-	(2.641)	(2.641)					
Transferência	-	-	-	-						
Saldo 31 de dezembro de 2018	272.372	1.793	250	20.395	294.810					

	Consolidado							
	Ágio pago em aquisições	Direto de uso de Aeronave	Cessão de Servidão de passagem	Marcas	Softwares adquiridos	Total		
Saldo 31 de dezembro de 2017	612.107	1.793	250	91.420	20.051	725.621		
Aquisição	993	-	-	-	7.060	8.053		
Incorporação/Aquisição de				-				
empresas		-	=		-	-		
Amortização (impairment)	-	-	-	(1.617)	(4.160)	(5.777)		
Transferência	438	-	-	-	(438)	-		
Ajuste de conversão	(3.995)	-	-	(11.814)	116	(15.693)		
Correção Monetária de Balanço	-	-	-	7.427	-	7.427		
Prov. Para Redução ao valor				-				
Recuperável de ativos	(18.838)	-	-		-	(18.838)		
Saldo 31 de dezembro de 2018	590.705	1.793	250	85.416	22.629	700.793		

A Companhia registra amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela "licença de uso", quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017, as taxas médias de amortização eram de 19,9% e 19,2%, respectivamente.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

	Consolida	do
	31/12/18	31/12/17
Em Controladas Diretas:		
Minerva Dawn Farms (MDF) - (i)	147.649	166.487
Brascasing Industria e Comércio Ltda (ii)	74.596	74.596
Mato Grosso Bovinos S/A (vi)	174.278	174.278
Athena S.A.	172.881	-
Outros (vii)	9.515	9.515
Em Controladas Indiretas:		
Pul S/A (iii)	-	61.643
Frigomerc (iv)	-	62.126
Frigorifico Carrasco S.A. (v)	-	47.773
Outros (vii)	11.786	15.689
	590.705	612.107

(i) Em atendimento aos preceitos definidos na Deliberação CVM nº 580/09 – CPC 15 (R1), a Companhia revisou os cálculos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos por ocasião do registro a valor justo da aquisição de mais 30% das ações representativas do capital social da controlada Minerva Dawn Farms (MDF), que se enquadrou como uma "combinação de negócios em estágios", verificando a necessidade de segregação da mais valia (ágio) apurado no registro inicial (provisório) a valor justo da participação da Companhia na referida operação, no valor total de R\$ 188.391 (R\$ 188.391 em 31 de dezembro de 2012). Conforme descrito anteriormente, durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu a participação residual de 20% das ações da MDF que eram detidas pela Dawn Farms, passando a deter 100% do controle da MDF. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 21.904. Em 31 de dezembro 2018, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 18.838;

- (ii) Em dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 5% das quotas do capital social da controlada em conjunto, até a data da referida transação, Brascasing Comercial Ltda., passando a deter 55% das quotas representativas do capital social da referida empresa, e consequentemente o seu controle. Por se tratar de uma operação enquadrada como uma "combinação de negócios em estágio", a Companhia registrou sua participação e a participação dos não controladores, pelo seu valor justo, o que ocasionou o registro de uma mais valia (ágio por expectativa de rentabilidade futura) de R\$ 93.185. Após a aquisição integral da Empresa, o ágio passou para R\$ 98.094. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 23.498, decorrente ao excesso de produção/oferta, com a redução do consumo mundial, principalmente desaquecimento pela China e a queda no preço do petróleo, impactando diretamente mercados como da Rússia, um dos principais mercados para seu negócio;
- (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Pulsa S/A, ocorrida em 22 de março de 2011, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 61.643, transferido para a controlada Athena S.A em 30 de setembro de 2018:
- (iv) Durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da Frigomerc S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 58.380. Em 16 de março de 2013, foi elaborado o aditamento ao contrato de compra e venda da Frigomerc S/A, que estabeleceu um complemento a título de capital de giro de R\$ 3.746 (USD 1.830 mil), totalizando em 31 de dezembro de 2012 R\$ 62.126, transferido para a controlada Athena S.A em 30 de setembro de 2018:
- (v) Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorifico Matadero Carrasco S.A (Frigorífico Carrasco S.A), ocorrida em 30 de abril de 2014, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 34.700. Conforme cláusulas do contrato de aquisição foi realizado um acréscimo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$13.073, totalizando um montante de R\$ 47.773, transferido para a controlada Athena S.A em 30 de setembro de 2018;
- (vi) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorporou 100% das ações com direito a voto da Mato Grosso Bovinos S.A, através da troca de 29 milhões de ações ordinárias emitidas pela Companhia (BEEF3), ocorrida em 01 de outubro de 2014 através da realização da AGEs (Assembleia Geral Extraordinária) das duas companhias, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 174.278;

(vii) Durante o 2º trimestre de 2013, a Companhia adquiriu o restante dos 8% das ações da Friasa S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (*goodwill*) no montante de R\$ 7.233, totalizando em 30 de junho de 2013 R\$ 9.298. Durante 1º trimestre de 2016, a Companhia adquiriu 100% do capital social da controlada Minerva Foods Asia Assessoria Ltda, ocorrido em 05 de fevereiro de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 217 mil. Durante o 2º trimestre de 2016, através de sua controlada Minerva Austrália Holdings Pty Ltd adquiriu 100% do capital social de sua controlada indireta IMTP Pty Ltd, ocorrido em 22 de julho de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) no montante de R\$ 10.061 (R\$ 11.786 em 31 de dezembro de 2018) . Em 31 de julho de 2017, a controlada Frigomerc S.A adquiriu 100% das ações ordinárias da empresa JBS Paraguay S.A., o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (*goodwill*) no montante de R\$ 5.766 (R\$ 6.870em 31 de dezembro de 2018).

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de *impairment*, em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas perdas para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia porém para o ano de 2018 foram identificados perdas para a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da companhia, referente a sua controlada Minerva Dawn Farms S.A (MFF).

A Companhia utilizou o método do valor em uso para realização do teste de *impairment*. Para todas as UGCs foram considerados 05 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para o início de projeção dos fluxos de caixa (2019). A taxa de desconto aplicada foi de 10%.

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu perdas por *impairment* para algumas UGCs. Neste sentido, a planta industrial de Goianésia (GO), empresa anteriormente denominada como "Lord Meat", por questões estratégicas, encontra-se sub utilizada e registrou perda por *impairment*, conforme Nota Explicativa nº 12. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou provisão para perda por *impairment* para a UGC MFF, no valor de R\$ 21.904.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu perdas no impairment para a UGC MFF no valor de R\$ 18.838.

14. Empréstimos e financiamentos

		Contro	oladora	Conso	Consolidado		
Modalidades	Encargos financeiros incidentes	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17		
Debêntures 5ª emissão	105.50% do CDI	352.002	349.884	352.002	349.884		
BNDES (1/2/3)	TJLP + spread	-	18.659	-	18.659		
FINEP (7)	TJLP + spread	-	-	-	3.919		
Arrendamento Mercantil (3)	TJLP + 3,5% a.a.	18	683	18	683		
Cédula de Crédito Bancário (5)	Taxa 8,18% a.a.	-	-	21.095	31.846		
NCE (1/5)	CDI + spread	215.398	887.488	215.398	887.488		
NCE (1/5)	Taxa pré fixada	815.726	398.453	815.726	398.453		
IFC (2/4/6)	CDI + spread	78.901	96.631	78.901	96.631		
Subtotal	•	1.462.045	1.751.798	1.483.140	1.787.563		
Instrumentos financeiros de proteção - Derivativos	CDI + spread	(2.114)	3.254	(2.114)	3.254		
	•	1.459.931	1.755.052	1.481.026	1.790.817		
Moeda estrangeira (Dólar Americano)	Juros de 2,53% a						
ACCs (1/5)	5,53% a.a.+ variação cambial	1.726.670	617.356	1.726.670	617.356		
	Juros de 4,42% a.a.+ variação						
NCE (5)	cambial Variação cambial +	295.672	241.592	295.672	241.592		
Senior Unsecured Notes - (5)	Juros Variação cambial +	3.116.174	2.660.345	6.329.078	5.742.396		
Notas perpétuas (5)	juros de 8,75% a.a.	1.074.019	916.913	277.908	1.009.352		
PPE (1)	Juros de 2,4% o ano + libor	215.043	66.741	215.043	66.741		
Operação 4131 (5)	Variação cambial + juros	<u>-</u>	149.379	-	149.379		
Outras Modalidades (5/8)	Variação cambial + juros	<u>-</u>		354.205	274.350		
CCE (5)	Variação cambial + juros	413.551	-	413.551	-		
Subtotal		6.841.129	4.652.326	9.612.127	8.101.166		
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos		(625.579) 6.215.550	(284.975) 4.367.351	(625.579) 8.986.548	(284.975) 7.816.191		
Total dos empréstimos		7.675.481	6.122.403	10.467.574	9.607.008		
Circulante		3.302.978					
			1.944.652	3.644.273	2.187.470		
Não circulante		4.372.503	4.177.751	6.823.301	7.419.538		

A Companhia ofereceu as seguintes garantias aos empréstimos captados:

- 1. Aval/Fiança da controladora VDQ Holdings S.A.;
- 2. Hipoteca;
- 3. Alienação de equipamentos;
- 4. Notas promissórias avalizadas pelas controladas Minerva Alimentos, Pulsa e Frigomerc;
- 5. Fiança ou Aval da Companhia;
- 6. Fiança da controladas Minerva Alimentos, Pulsa e Frigomerc garantindo a Companhia;
- 7. Fiança bancária;
- 8. STLC (Stand by letter of Credit) ou Corporate Guarantee.

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia (controladora) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2018:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures	346.406	-	-	-	-	-	-	346.406
IFC	17.215	17.215	17.215	8.607	-	-	-	60.252
NCE	155.734	25.333	-	-	-	-	-	181.067
Pré Embarque	-	-	585.095	-	1.051.074	-	2.456.623	4.092.792
Instrumentos financeiros de proteção –								
derivativos	(1.349)	-	-	-	(152.305)	(154.360)	-	(308.014)
	518.006	42.548	602.310	8.607	898.769	(154.360)	2.456.623	4.372.503

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo (consolidadas) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2018:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2028	Perpétuo	Total
ССВ	48.584	9.836	9.836	9.836	5.961	-	-	-	-	84.053
Debêntures	346.406	-	-	-	-	-	-	-	-	346.406
IFC	17.215	17.215	17.215	8.607	-	-	-	-	-	60.252
NCE	155.733	25.333	-		-		-	-	-	181.066
Senior Unsecured Notes	-	-	-	-	-	-	4.503.347	1.684.141	-	6.187.488
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	272.050	272.050
Instrumentos Financeiros										
de proteção - Derivativos	(1.349)	-	-	-	(152.305)	(154.360)	-	-	-	(308.014)
	566.589	52.384	27.051	18.443	(146.344)	(154.360)	4.503.347	1.684.141	272.050	6.823.301

A seguir detalhamos os principais empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018, bem como destacamos que a mesma cumpriu naquela data com todas as cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) a seguir evidenciadas em cada modalidade de empréstimos e financiamentos:

International Finance Corporation (IFC)

Em setembro de 2013, o IFC e a Companhia celebraram um contrato de financiamento com prazo de 10 anos, no montante de R\$ 137.718, desembolsado em 24 de outubro de 2013. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 78.901, cujos, os juros são calculados através do CDI + Spread, pagos semestralmente. A dívida vence em 15 de abril de 2023.

Notes/títulos de dívida no exterior

Em 20 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a "oferta de recompra de títulos" representativos de dívida emitidos no exterior (*Bonds*) pela sua subsidiária Minerva Luxemburg S.A, com vencimentos previstos para 2023. Por meio da "oferta de recompra antecipada" foram recomprados US\$ 617.874 (R\$ 2.010.562, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2026 (sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 40.143 mil e também ocorreram custos de transação no valor de US\$ 28.859, totalizando um custo total de US\$ 69.002, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2026.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia exerceu a opção de compra antecipada de seus títulos de dívida que incide juros anuais de 12,250% e com vencimento previsto para 2022 (Notas 2022). O valor total desta dívida era de US\$ 105.508 (R\$ 328.710, àquela data), o preço pago foi de US\$106.125 do valor de face, acrescidos dos juros acurados até a presente data.

Em junho de 2017, a Companhia concluiu o Re-Tap da operação de notes com vencimento em setembro de 2026, no montante de US\$ 350.000 mil, sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano (Notas 2026).

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a "oferta de recompra de títulos" representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) pela sua subsidiária Minerva Luxemburg S.A., com vencimentos previstos para 2023. Por meio da "oferta de recompra antecipada" foram recomprados US\$ 198.042 (R\$ 605.103, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 79% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2028 (sobre as quais incidirão juros de 5,875% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 9.209 e também ocorreram custos de transação no valor de US\$ 20.271, totalizando um custo total de US\$ 29.480, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2028.

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia exerceu a opção de compra antecipada de seus títulos de dívida que incide juros anuais de 7,75% e com vencimento previsto para 2023 (Notas 2023). O valor total desta dívida era de US\$ 52.099 (R\$ 164.919, àquela data), o preço pago foi de 103.875% do valor de face, acrescidos dos juros provisionados até a presente data. O passivo relacionado aos Notes, em 31 de dezembro de 2018, nas demonstrações contábeis consolidadas, é de R\$ 6.329.078 (R\$ 5.742.396 em 31 de dezembro de 2017).

As Notes e as debêntures contem previsão da manutenção de um *covenant* financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O índice contratual de ambos os instrumentos indica que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: (I) "Dívida Líquida" – significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de: (i) disponibilidades (conforme definido a seguir); e (ii) "expurgos" (conforme definido a seguir); (II) "Disponibilidades" – significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários"; (III) "Expurgos" – significa uma série de exceções, incluindo, mas não limitando à variação cambial desde a emissão do título e/ou dívidas permitidas, relacionadas à transações operacionais específicas, somadas no valor de US\$ 308.000 mil. (iv) "EBITDA" – significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: (i) custo dos serviços prestados; (ii) despesas administrativas, somadas de: (a) despesas de depreciação e amortização, (b) resultado financeiro líquido; (c) resultado com equivalência patrimonial; e (d) impostos diretos.

Vale ressaltar, ainda, que os *covenants* financeiros se referem à permissão ou não para incorrer em novas dívidas, executando-se para tanto, todas as novas dívidas referentes a refinanciamento, além de um montante pré-definido para linhas de capital de giro e investimentos. Os *covenants* são calculados com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas perpétuas

Em 27 de março de 2014, a Companhia concluiu a emissão de notas perpétuas no mercado internacional no montante de US\$ 300.000 mil, com pagamentos semestrais a uma taxa de 8,75% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A. A emissão das notas teve como objetivo alongar o prazo médio de vencimento da dívida da Companhia e melhorar a estrutura de capital, através da utilização de um instrumento diferenciado de captação, diversificando ainda mais a base de investidores. A liquidação da operação ocorreu no dia 03 de abril de 2014. A Companhia prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão. Durante o 4º trimestre de 2018 ocorreu a liquidação da oferta de recompra antecipada de títulos perpétuos representativos de dívida emitidos no exterior pela sua subsidiária Minerva Luxembourg S.A. com taxa de juros de 8,75%. O valor principal agregado dos títulos liquidados na oferta foi de US\$216.970.000,00, ou 75,48% dos títulos em circulação, excluídos aqueles detidos pela Companhia. O passivo relacionado das notas perpétuas, em 31 de dezembro de 2018, nas informações anuais consolidadas é de R\$ 277.908 (R\$ 1.009.352 em 31 de dezembro de 2017). Essas notas possuem o mesmo *covenants* financeiro dos Notes.

i) Grau de subordinação

Em 31 de dezembro de 2018, 0,75% da dívida total da Companhia e suas controladas eram garantidas por garantias reais (1,58% em 31 de dezembro de 2017).

 ii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As Notes também possuem cláusulas que limitam à Companhia: (i) a novos endividamentos caso a relação dívida líquida/EBITDA seja maior que 3.75/1.00 e 3.50/1.00, respectivamente; (ii) a distribuição de dividendos, nesse sentido, o Minerva se compromete a não fazer e a não permitir que suas subsidiárias realizem o pagamento de qualquer distribuição de dividendos ou façam qualquer distribuição de seus juros sobre capital investido mantidos por outros que não o de suas subsidiárias (exceto: (a) dividendos ou distribuições pagos em interesses qualificados do Minerva; e (b) dividendos ou distribuições devidos por uma subsidiária, em uma base *pro rata* ou base mais favorável ao Minerva; (iii) a alteração do controle societário; e (iv) a alienação de ativos, a qual só poderá ser realizada mediante a observância dos requisitos estabelecidos, entre eles no caso de venda de ativos é necessário que o valor da venda seja o valor de mercado.

A CCB emitida em favor do BNDES contém previsão de vencimento antecipado do instrumento no caso de haver a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da cédula de crédito bancário.

5º Emissão de debêntures não conversíveis

Em 02 de outubro de 2017, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 350.487, com vencimento em 02 de outubro de 2020. As debêntures foram vinculadas aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), objeto da 2ª Série da 1ª Emissão da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC), distribuídos por meio de oferta, nos termos da Instrução CVM 400. O montante total do principal é de R\$ 350.487 e sua remuneração corresponde à variação acumulada (taxa efetiva) de 105,5% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI). Os recursos foram destinados a financiar suas atividades de produção agropecuária e de industrialização e comercialização de carnes. No processo de emissão das referidas debêntures, a Companhia incorreu em custos de transação no montante de R\$ 6.806, que será amortizado integralmente até o exercício de 2020, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2018, o montante é de R\$ 352.002.

15. Fornecedores

	Contr	oladora	Consolid	dado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Nacionais	409.918	453.407	752.960	969.190
Estrangeiros	53.164	35.651	119.548	79.209
Partes relacionadas	29.791	18.586	-	-
	492.873	507.644	872.508	1.048.399

Fornecedores por idade de vencimento:

	Control	Controladora		idado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
A vencer:	485.297	482.436	815.869	951.554
Vencidas:				
Até 30 dias	3.583	12.457	34.530	62.336
De 31 a 60 dias	800	3.534	3.776	8.627
De 61 a 90 dias	806	7.177	2.033	8.006
Acima de 91 dias	2.387	2.040	16.300	17.876
	492.873	507.644	872.508	1.048.399

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Contr	oladora	Cons	olidado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Trabalhistas				
Salários e pró-labore	432	305	16.944	9.144
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	12.662	11.172	13.509	28.320
Provisão de férias/13º e encargos	38.391	33.683	77.439	70.543
Outros proventos e encargos	5.430	4.137	15.190	4.397
Total trabalhista	56.915	49.297	123.082	112.404
Tributárias				
ICMS a recolher	7.461	10.512	7.461	15.021
Parcelamentos federais	65.699	31.527	80.188	45.368
Parcelamentos estaduais	-	28.300	3.878	28.300
IRPJ	-	-	42.069	9.613
Contribuição social sobre lucro	-	-		194
IVA a recolher	-	-	16.460	5.158
Funrural a recolher	3.452	8.027	3.499	8.123
Outros tributos e taxas	5.191	4.759	30.747	19.238
Total tributárias	81.803	83.125	184.302	131.015
Total geral	138.718	132.422	307.384	243.419
Circulante	78.822	89.196	234.634	191.970
Não circulante	59.896	43.226	72.750	51.449

Adesão PERT (Programa especial de regularização tributária)

Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, prevê o benefício para a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, denominado Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Ao aderir ao programa o contribuinte se compromete a pagar regularmente os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, e a manter a regularidade das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A adesão implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados para compor o PERT, ficando vedado a inclusão do débito em qualquer outra forma de parcelamento posterior, exceto em pedido de reparcelamento ordinário. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo em aberto na controladora e consolidado é de R\$21.927 e R\$28.255, respectivamente.

A Companhia aderiu a modalidade:

- I. Pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 05 parcelas mensais e sucessivas vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB; (Modalidade aderida pela Minerva S.A no âmbito da RFB;
- II. Entrada de 7,5% ou de 20% do valor da dívida indicada, em até cinco meses, e pagamento do saldo devedor, a partir de janeiro de 2018, em parcela única ou em até 145 meses. No ano de 2017, o contribuinte deverá pagar uma entrada, calculada no percentual de 7,5% ou de 20% sobre o valor das inscrições indicadas, sem descontos. A entrada poderá ser dividida em até cinco meses. Para 2018, o saldo devedor do parcelamento, após a aplicação dos descontos, poderá ser pago em parcela única (art. 3º, II, 'a', da MP nº 783/2017) ou em até 145 meses (art. 3º, II, 'b', da MP nº 783/2017); (Modalidade Aderida pela Minerva no âmbito da PGFN).

Adesão PRR (Programa regularização tributária rural)

Em 18/04/2018 o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Lei nº 13.606, de 09 de janeiro de 2018, foi alterado após a promulgação dos vetos derrubados pelo Congresso Nacional. A alteração foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.804, de 25 de abril de 2018, que modificou a IN RFB nº 1.784, de 19 de janeiro de 2018.

Em 30 de maio de 2018, a Companhia aderiu ao referido parcelamento nos seguintes moldes:

O débito consolidado na data da adesão no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Receita Federal do Brasil (RFB) era de R\$ 1.016.630, no qual houve pagamento à vista e em espécie de 2,5% do valor da dívida consolidada (R\$ 25.416), sem redução, em 02 parcelas mensais e sucessivas vencíveis em maio e junho de 2018, após o valor da entrada foi obtida a redução no montante de R\$ 470.162 e no âmbito da receita federal houve a liquidação do restante do débito com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no montante de R\$ 470.346. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2018 na controladora e consolidado é respectivamente de R\$ 43.772 e R\$ 48.897.

17. Outras contas a pagar

	Contro	ladora	Consoli	idado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Adiantamentos recebidos (a)	1.090.491	330.099	1.153.056	378.710
Valor justo - swap de ações (b)	3.253	7.576	3.253	7.576
Contas a pagar - aquisições (c)	4.750	8.827	4.750	72.739
Outras provisões operacionais	29.981	26.340	76.877	98.748
Total	1.128.475	372.842	1.237.936	557.773
Circulante	1.128.475	372.842	1.237.204	519.391
Não circulante	-	-	732	38.382

- (a) Valores recebidos antecipadamente de clientes da Companhia de acordo com a política de crédito definida pela Administração;
- (b) A Companhia celebrou junto ao Credit Suisse contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros ("Swap") sobre a variação do preço de suas ações. Tal operação não altera o percentual de ações em circulação da Companhia e não acarretam desembolso de caixa imediato, por se tratar da valorização a valor justo da operação com realização futura.
- (c) Valores a pagar referentes as aquisições das controladas indiretas Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S, JBS Argentina S.A, JBS Paraguay S.A, Industria Paraguay Frigorifica S.A e Frigorifico Canelones S.A.

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Contro	ladora	Consol	idado
Ativo	31/12/18	31/12/2017	31/12/18	31/12/2017
Drainigea figuria de IDDI	208.676	144.165	231,471	144.165
Prejuízos fiscais de IRPJ	75.124	51.899	75.124	
Base de cálculo negativa CSLL				51.899
Total	283.800	196.064	306.595	196.064
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.354	10.727	12.520	56.038
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.316	7.316	7.316	7.316
Perdas esperadas em créditos	5.716	6.825	5.716	6.825
Outros			712	-
Total de diferenças temporárias ativa	306.186	220.932	332.859	266.243
Passivo				
Diferenças temporárias passivas				
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(20.434)	(26.308)	(20.434)	(26.308)
Combinação de negócios	(33.096)	(33.096)	(33.096)	(33.096)
Reserva de reavaliação	(25.049)	(25.845)	(25.049)	(25.845)
Mais valia em controladas	(6.424)	(6.424)	(215.931)	(6.424)
Outras exclusões temporárias	(40.425)	(34.111)	(54.375)	(309.728)
Total de diferenças temporárias passiva	(125.428)	(125.784)	(348.885)	(401.401)
Total de impostos diferidos	180.758	95.148	(16.026)	(135.158)
Total do ativo	180.758	95.148	181.333	95.148
Total do passivo			(197.359)	(230.306)
	180.758	95.148	(16.026)	(135.158)

18.1. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferido

A seguir, apresentamos a movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

	Controladora						
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Reconhecidos no resultado	Realização dos tributos diferidos	Saldo em 31 de dezembro de 2018			
IR/CS diferido sobre Prejuízo							
fiscal	196.064	554.715	(466.979)	283.800			
Total ativos fiscais diferidos	196.064	554.715	(466.979)	283.800			

		Consolidado				
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Reconhecidos no resultado	Realização dos tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2018	
IR/CS Diferido sobre Prejuízo						
fiscal	196.064	586.799	(470.345)	(5.923)	306.595	
Total ativos fiscais diferidos	196.064	586.799	(470.345)	(5.923)	306.595	

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. Uma das formas escolhida pela Companhia foi o pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 05 parcelas mensais e sucessivas vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$ 50.693.

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária Rural (PRR), que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa e débitos relacionados e mantidos no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB), de natureza tributária rural (Funrural), vencidos até 30 de abril de 2017. Uma das formas escolhida pela Companhia foi o pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 2,50% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 02 parcelas mensais e sucessivas vencíveis de maio e junho de 2018, e a liquidação do restante no âmbito da RFB com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$ 466.979.

O ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram reconhecidos para o período de 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2018 na controladora. O montante acumulado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 306.595 (em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 196.064) no consolidado. A decisão da Administração da Companhia e de suas controladas para registro dos referidos ativos fiscais diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, baseou-se no plano de negócio e nas projeções orçamentárias e financeiras internas e elaboradas por consultores independentes as quais são objeto, no mínimo anualmente, de revisão.

As projeções dessas realizações apresentaram as seguintes expectativas de realização de referidos tributos (IR e CSLL) diferidos ativos:

	31/12/18 Controladora	31/12/18 Consolidado
2019	7.684	8.301
2020	37.525	40.539
2021	36.496	39.427
2022	37.722	40.752
2023 em diante	164.373	177.576
	283.800	306.595

(*) A Companhia tem expectativa de realizar as diferenças temporárias de IR/CS em no máximo 10 anos.

Destacamos que tais estudos técnicos que embasaram a decisão pelo registro ou manutenção do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, foram devidamente revisados e aprovados em Reuniões do Conselho de Administração.

Os efeitos da movimentação dos impostos diferidos no resultado dos exercícios são como seguem:

	Controladora Cons		Consc	solidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	
Adições temporárias					
Provisões diversas	87.167	25.238	111.423	25.238	
Valor justo do ativo biológico	926.711	579.483	926.711	579.483	
Exclusões Temporárias					
Provisões diversas	(92.121)	(8.159)	(92.120)	(8.159)	
Depreciação - diferenças de bases	(18.574)	(37.312)	(33.869)	(37.312)	
Valor justo do ativo biológico	(909.437)	(622.214)	(909.437)	(622.214)	
Base de cálculo tributos diferidos	(6.254)	(62.964)	2.708	(62.964	
IR/CS diferidos - diferença temporária	(2.126)	(21.530)	921	(21.530)	
Realização do IR/CS diferidos - diferença temporária	-	-	-	(13.381)	
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal	527.836	-	561.802	-	
IR/CS diferidos total	525.710	(21.530)	562.723	(34.911)	

A seguir, apresentamos a movimentação dos tributos fiscais diferidos, relativos ao prejuízo fiscal e as diferenças temporárias como segue:

	Controladora				
	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Constituição de tributos diferidos	Realização de tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Prejuízo fiscal	196.064	554.715	(466.979)	-	283.800
Provisões para riscos tributários, cíveis e					
trabalhistas	10.727	-	(1.373)	-	9.354
Outras adições temporárias	-	26.781	(26.781)	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável					
de ativos	7.316	-	-	-	7.316
Perdas estimadas em créditos de liquidação					
duvidosa	6.825	2.057	(3.166)	-	5.716
Ganhos não realizados de valor justo de					
ativos biológicos	(26.308)	-	5.874	-	(20.434)
Combinação de negócios	(33.096)	-	-	-	(33.096)
Reserva de reavaliação	(25.845)	-	796	-	(25.049)
Mais valia em controladas	(6.424)	-	-	-	(6.424)
Outras exclusões temporárias	(34.111)	(6.314)	-	-	(40.425)
Total dos tributos fiscais diferidos	95.148	577.239	(491.629)	-	180.758

	Saldo em 1º de janeiro de 2018	Constituição de tributos diferidos	Realização de tributos diferidos	Ajuste acumulado de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Prejuízo fiscal	196.064	586.799	(470.345)	(5.923)	306.595
Provisões para riscos tributários, cíveis e					
trabalhistas	56.038	468	(41.589)	(2.397)	12.520
Outras adições temporárias	-	27.493	(26.781)	-	712
Provisão para redução ao valor recuperável					
de ativos	7.316	-	-	-	7.316
Perdas estimadas em créditos de liquidação					
duvidosa	6.825	2.057	(3.166)	<u>-</u>	5.716
Ganhos não realizados de valor justo de					
ativos biológicos	(26.308)	-	5.874	-	(20.434)
Combinação de negócios	(33.096)	-	-	-	(33.096)
Reserva de reavaliação	(25.845)	-	796	-	(25.049)
Mais valia em controladas	(6.424)	(209.507)	-	-	(215.931)
Outras exclusões temporárias	(309.728)	(7.128)	251.996	10.485	(54.375)
Total dos tributos fiscais diferidos	(135.158)	400.182	(283.215)	2.165	(16.026)

A Administração, com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, sejam realizados até o exercício findo em 2021.

a) Corrente – a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de imposto de renda e contribuição social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controla	dora	Consolidado		
-	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	
Resultado antes dos impostos	(1.790.492)	(259.493)	(1.809.015)	(201.101)	
Adições					
Diferenças temporárias	87.167	10.586	87.167	13.172	
Diferenças permanentes	490.913	738.895	503.833	739.394	
Realização de diferenças temporárias	-	-		-	
Realização da reserva de reavaliação	-	-		-	
Efeitos da adoção inicial de IFRS	3.201.146	1.127.765	3.210.976	1.143.793	
Exclusões					
Diferenças temporárias	(92.119)	(9.300)	(92.119)	(9.648)	
Diferenças permanentes	(805.900)	(558.093)	(816.235)	(558.136)	
Efeitos da adoção inicial de IFRS	(3.551.882)	(1.267.899)	(3.564.778)	(1.289.232)	
Base de cálculo dos tributos	(2.461.167)	(217.539)	(2.480.171)	(161.758)	
Realização dos prejuízos fiscais	-		-	-	
Base de cálculo após prejuízo a compensar	(2.461.167)	(217.539)	(2.480.171)	(161.758)	
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda a pagar	-	-	(18.490)	(34.081)	
CSLL a pagar	-	-	-	(10.590)	
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	-	-	(18.490)	(44.671)	

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia- se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dez anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

19. Arrendamentos mercantis

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento financeiro ou operacional.

a) Arrendamento financeiro

As operações de arrendamento financeiro (*leasing financeiro*) são reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado.

b) Arrendamento operacional

O arrendamento operacional (*leasing operacional*) permanece com o critério contábil exigido pela Lei societária vigente, ou seja, é reconhecida mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento. A Companhia possui atualmente três contratos de arrendamento operacional, sendo duas plantas localizadas em Assunção no Paraguai através de sua controlada Frigomerc S.A e uma planta localizada em Batayporã/MS.

O demonstrativo de arrendamento mercantil segue:

Bem arrendado	Taxa média ponderada de juros	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Montante da despesa 31/12/18	Montante da despesa 31/12/17
Planta Industrial Brasil	IPCA + 11% @ boi / IGPM	Indeterminado	2.040	2.040
Plantas Industriais Paraguai	Fixo + Variação Cambial	08/23	2.038	4.845
	·		4.078	6.885

20. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia e suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

	Contr	oladora	Consolidado	
Processos	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Provisões para riscos fiscais	1.890	1.890	1.956	40.004
Provisões para reclamações trabalhistas	27.512	31.550	38.512	53.393
Provisão para riscos ambientais	-		-	33.858
Provisões para riscos cíveis	1.496	1.496	2.306	20.088
	30.898	34.936	42.774	147.343

	Controladora						
	Ações trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	Ações ambientais	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	26.347	3.386	-	29.733			
Provisões feitas durante o exercício	1.736	-	-	1.736			
Aumento por incorporações	7.686	-	-	7.686			
Provisões revertidas durante o exercício	(4.219)	-	-	(4.219)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.550	3.386		34.936			
Provisões revertidas durante o período	(4.038)	-	-	(4.038)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.512	3.386	-	30.898			

	Consolidado						
	Ações Trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	Ações Ambientais	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.547	3.386	-	36.933			
Provisões feitas durante o exercício	5.151	-	-	5.151			
Provisões por aquisição de empresas	21.900	58.562	33.122	113.584			
Provisões revertidas durante o exercício	(7.273)	-	-	(7.273)			
Ajustes de conversão do exercício	68	(1.856)	736	(1.052)			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53.393	60.092	33.858	147.343			
Provisões feitas durante o período	11.330	516	-	11.846			
Provisões revertidas durante o período	(15.979)	(59.064)	(34.588)	(109.631)			
Ajustes de conversão do período	(10.232)	2.718	730	(6.784)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	38.512	4.262	-	42.774			

Contingências cíveis e fiscais

Referem-se à questionamento sobre a constitucionalidade do uso de alíquotas reduzidas sobre receitas brutas e também à discussão tributária sobre a falta de cobrança de imposto sobre receita de exportação, cuja estimativa é provável de perda em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 3.386 na controladora e R\$ 4.262 no consolidado, (R\$ 3.386 na controladora e R\$ 60.092 no consolidado, em 31 de dezembro de 2017).

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas in itinere, adicional de insalubridade e pausa térmica. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda, em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 27.512 na controladora e R\$ 38.512 no consolidado, (R\$ 31.550 na controladora e R\$ 53.393 no consolidado, em 31 de dezembro de 2017).

Contingências ambientais

Tratam-se em sua maioria de necessidades de adequações em alguns setores das plantas industriais, visando o atendimento aos padrões técnicos exigidos por órgãos competentes em cada um dos países onde se situam as plantas frigoríficas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, não possuía contingência ambiental, (R\$ 33.858 no consolidado, em 31 de dezembro de 2017).

Outros processos (Expectativa de perda possível)

Trabalhista e previdenciário

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Civis Públicas) e processos previdenciários, no montante de aproximadamente R\$ 13.547, cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

SENAR

Em março de 2003, a Companhia impetrou Mandados de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do SENAR. Para evitar e perder o direito de exigir as contribuições do SENAR, o INSS emitiu várias notificações fiscais contra a Companhia até a presente data. O montante atualizado envolvido nessas notificações, cuja probabilidade é possível de perda com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, é de aproximadamente de R\$ 47.872. Tais processos envolvem um grau de incerteza significativo sobre os prognósticos futuro de determinados temas, cujas discussões estão em andamento há algum tempo nas esferas judiciais.

ICMS

A Companhia possuí alguns autos de infração referentes a divergência na memória de cálculo na base do ICMS e ICMS-ST aplicando a redução sobre suas operações no estado de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Em 31 de dezembro de 2018, o montante envolvido nesses processos, cuja a probabilidade é possível de perda, é de aproximadamente R\$ 136.937.

Outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental, no montante de aproximadamente de R\$ 14.999, R\$ 2.281 e R\$ 542, (R\$ R\$ 75.672, R\$ 2.336 e R\$ 542 em 31 de dezembro de 2017) respectivamente, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Diligência e investigação da Polícia Federal Brasileira

Em 16 de maio de 2017, a Polícia Federal Brasileira iniciou uma investigação, denominada "Operação Lucas", para verificar supostos pagamentos realizados a determinados funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins no norte do Brasil, incluindo o ex-superintendente desta agência do governo federal no Estado de Tocantins. Esta investigação menciona diversas plantas de processamento de carne e lácteos em Tocantins, incluindo a planta da Companhia em Araguaína.

Desde o início da investigação, a administração da Companhia vem cooperando plenamente com as autoridades investigadoras, fornecendo todas as informações solicitadas, inclusive para a "Operação Vegas", desdobramento da "Operação Lucas".

De acordo com as boas práticas de governança corporativa e em resposta à publicidade negativa sobre este assunto, bem como para responder às suas partes interessadas, os diretores executivos e o conselho de administração da Companhia, determinaram a realização de uma investigação interna sobre este assunto.

A Companhia, por meio do Departamento de Auditoria Interna e Compliance, realizou uma revisão dos controles internos e pagamentos em conexão com nossas operações no Estado do Tocantins e as informações relevantes detectadas foram compartilhadas com as autoridades competentes.

Além disso, a Companhia contratou experiente escritório de advocacia brasileiro para avaliar de forma independente suas políticas e procedimentos relacionados aos seus processos internos e financeiros. A Administração se comprometeu a melhorar os procedimentos de conformidade interna da Companhia, já existentes desde 2015, bem como a implementar procedimentos adicionais para alinhá-los com as principais práticas de governança corporativa e transparência (Programa de integridade), o que tem efetivamente realizado, com a formalização e disseminação de políticas e programas internos.

Os assessores jurídicos externos da Companhia afirmaram não existir risco de que a pessoa jurídica responda a eventual processo penal.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, está representado pelo montante de R\$ 1.115.157 (R\$ 134.752 em 31 de dezembro de 2017), representados em 31 de dezembro de 2018 por 376.687.157(229.860.259 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. Durante o exercício de 2016, houve gastos na emissão de novas ações no montante de R\$ 5.898, sendo assim, o saldo na rubrica "Capital Social" nas demonstrações contábeis é de R\$ 1.109.259.

Em 11 de abril de 2016, o Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), homologou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 746.474, com a emissão de 47.850.957 ações ordinárias. Como a homologação, passando o capital social de R\$ 950.598, representativos de 191.993.702, para R\$ 1.697.073, representativos de 239.844.659 ações ordinárias.

Em 29 de abril de 2016, o Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, aprovaram a redução do capital social no montante de R\$ 1.562.321, sem alteração do número de ações emitidas pela Companhia, para a absorção dos prejuízos acumulados, com a redução do capital, o capital social da Companhia é de R\$ 134.752, representativos de 239.844.659 de ações ordinárias.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da totalidade das 9.984.400 ações ordinárias de emissão da Companhia, adquiridas em conformidade com o plano de recompra 2016 e atualmente mantidas em tesouraria. O cancelamento das ações, ora aprovado, não implicará a alteração do valor do capital social. Com o cancelamento das ações, o capital social da Companhia permanecerá em R\$ 134.752, representativos de 229.860.259 de ações ordinárias.

Em 05 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da totalidade das 6.241.800 ações ordinárias de emissão da Companhia, adquiridas em conformidade com o plano de recompra 2017 e atualmente mantidas em tesouraria. O cancelamento das ações, ora aprovado, não implicará a alteração do valor do capital social. Com o cancelamento das ações, o capital social da Companhia permanecerá em R\$ 134.752, representativos de 223.618.459 de ações ordinárias.

Em 13 de setembro de 2018, o Conselho de Administração em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), homologou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 15.680, com a emissão de 2.800.000 ações ordinárias. Como a homologação, passando o capital social de R\$ 134.752, representativos de 223.618.459 ações, para R\$ 150.432, representativos de 226.418.459 ações ordinárias.

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração em Reunião do Conselho da Administração (RCA), homologou o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 964.725 (novecentos e sessenta e quatro milhões setecentos e vinte e cinco mil reais), representativo de 150.268.698(cento e cinquenta milhões duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Como a homologação, passando o capital social de R\$ 150.432, representativos de 226.418.459 ações, para R\$ 1.115.157, representativos de 376.687.157 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartida qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2018, a reserva de capital da Companhia é de R\$ 120.182 (R\$ 187.504 em 31 de dezembro de 2017).

c. Reserva de reavaliação

A Companhia efetuou reavaliação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado, nos exercícios de 2003 e 2006. Sendo o saldo remanescente em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 52.162 (R\$ 53.712 em 31 de dezembro de 2017), líquido dos efeitos fiscais.

Conforme comentado anteriormente e em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.638 de 2007, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua completa realização, o que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

d. Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado e exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 9.744 foi absorvido pelo prejuízo do exercício, conforme art. 189 da Lei nº 6.404/76.

e. Reserva de lucros

Esta reserva de lucros foi constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos obrigatórios, que terá por finalidade financiar as operações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o montante correspondente ao saldo da rubrica "Reserva estatutária" no montante de R\$ 107.802, mais R\$ 9.744 de saldo da "Reserva legal" e mais R\$ 26.950 de saldo da "Retenção de Lucros Art. 196" foram absorvidos pelo prejuízo do exercício, conforme art. 189 da Lei nº 6.404/76.

f. Retenção de lucros art. 196

A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2016 no montante de R\$ 26.950, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia. A aplicação do saldo desta reserva será deliberada "ad referendum" da Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2017, o montante desta rubrica foi absorvido pelo prejuízo do exercício, conforme art. 189 da Lei nº 6.404/76.

g. Ações em tesouraria

Em 20 de março de 2017, de acordo com as disposições dos parágrafos 1 do artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução nº 567 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho aprovou aquisição de até 9.247.149 (nove milhões, duzentos e quarenta e sete mil e cento quarenta nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas 10% das 92.471.485 (noventa e dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quatrocentos e oitenta e cinco) de ações da Companhia em circulação no mercado, àquela data, excluindo os acionistas controladores. O Conselho de Administração da Companhia também aprovou o cancelamento das ações de emissão da Companhia adquiridas no âmbito do plano de recompra 2016, na quantidade de 9.984.400 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no montante de R\$ 107.346 que estavam em tesouraria, àquela data.

Em 05 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento das ações de emissão da Companhia adquiridas no âmbito do plano de recompra 2017 na quantidade de 6.241.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no montante de R\$ 67.322 que estavam em tesouraria, àquela data.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade	Montante (R\$)	Custo médio R\$	Valor médio de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.241.800	99.680	10,79	10,65
Recompra de ações	550.000	4.489	8,16	-
Cancelamento de ações	(6.241.800)	(67.322)	10,79	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.550.000	36.847	10,38	4,99

h. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado, ajustado na forma da lei.

i. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme CPC 02 R2/IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis do exercício, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 R1/IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, por força da vigência do CPC 02 R2 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de resultados.

j. Plano de opções em ações

Em 25 de junho de 2018 foi aprovado pelo Conselho de Administração a outorga de 2.800.000 opções de ações a administradores e funcionários da Companhia no âmbito do 1º Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. Os administradores e funcionários em questão tiveram 60 dias, a contar da data da assinatura do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, para exercer as opções em questão ao preço de exercício de R\$ 5,60. O preço de exercício corresponde a um desconto de 20% em relação à média ponderada dos últimos 10 pregões anteriores à assinatura do contrato de adesão.

O exercício das opções pelos administradores e funcionários foi formalizado através do aumento de capital ocorrido em 13 de setembro de 2018, conforme detalhado na nota explicativa 21 letra a).

O valor intrínseco das opções, que corresponde à diferença entre o preço de exercício e o valor de mercado das ações, no valor de R\$ 3.920.000,00 foi reconhecido como remuneração nas demonstrações financeiras da Companhia.

22. Informações de segmento

Segmentos de negócios

	Boi Vivo		Car	Carne		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	
Receitas líquidas	532.614	377.170	15.682.295	11.726.619	16.214.909	12.103.789	
CPV	(425.358)	(304.715)	(12.941.258)	(9.562.021)	(13.366.616)	(9.866.736)	
Despesas operacionais	(67.385)	(44.825)	(2.087.558)	(1.202.687)	(2.154.943)	(1.247.512)	
Redução ao valor							
recuperável de ativo	-	-	(18.838)	-	(18.838)		
Resultado financeiro							
líquido	9.906	1.387	(2.493.433)	(1.192.029)	(2.483.527)	(1.190.642)	
Lucro líquido antes			•				
impostos	49.777	29.017	(1.858.792)	(230.118)	(1.809.015)	(201.101)	

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do cliente. Os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

A Companhia e suas controladas possuem como principais segmentos de negócios a produção e comercialização de carne in natura, boi vivo e seus derivados.

23. Receita operacional líquida

	Control	adora	Consolidado	
-	31/12/18	31/12/18 31/12/17		31/12/17
Receita de venda de produtos - mercado interno	3.060.483	2.874.166	6.567.135	5.379.914
Receita de venda de produtos - mercado externo	5.462.918	4.299.746	10.658.504	7.601.470
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(643.041)	(617.067)	(1.010.730)	(877.595)
Receita operacional líquida	7.880.360	6.556.845	16.214.909	12.103.789

24. Despesas por natureza

	Controlad	ora	Consolidado	
_	31/12/18 31/12/17		31/12/18	31/12/17
Classificados como				
Despesas com vendas	(604.254)	(417.346)	(1.020.459)	(751.237)
Despesas gerais e administrativas	(397.543)	(324.227)	(611.366)	(506.083)
Outras receitas operacionais	(626.084)	(143.961)	(523.118)	9.808
Total	(1.627.881)	(885.534)	(2.154.943)	(1.247.512)
Despesas por natureza				
Despesas variáveis de venda	(544.269)	(355.100)	(902.643)	(627.007)
Despesas gerais administrativos e comerciais	(199.266)	(177.719)	(347.064)	(300.436)
Despesas pessoais administrativos e comerciais	(236.437)	(195.593)	(348.381)	(305.027)
Despesas com depreciação e amortização	(21.825)	(13.161)	(33.737)	(24.850)
Outras receitas e despesas operacionais	(626.084)	(143.961)	(523.118)	9.808
Total	(1.627.881)	(885.534)	(2.154.943)	(1.247.512)

25. Resultado financeiro líquido

	Control	Controladora		lidado
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	66.814	76.815	85.958	104.216
	66.814	76.815	85.958	104.216
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	(660.636)	(553.594)	(990.198)	(883.871)
Outras despesas/receitas financeiras	(254.132)	(221.268)	(321.280)	(226.530)
	(914.768)	(774.862)	(1.311.478)	(1.110.401)
Variação cambial líquida	(1.230.268)	(191.412)	(1.233.306)	(184.457)
Correção Monetária de Balanço	· , ,	-	(24.701)	-
Resultado financeiro líquido	(2.078.222)	(889.459)	(2.483.527)	(1.190.642)

26. Lucro (prejuízo) por ação da Companhia

a) Lucro (prejuízo) básico da Companhia

O lucro (prejuízo) básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

Basico	31/12/18	31/12/17
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(1.264.782)	(281.023)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas – milhares	376.687	229.860
Média ponderada das ações em tesouraria	(3.550)	(9.242)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação –		
milhares	373.137	220.618
Lucro (prejuízo) básico por ação da Companhia - R\$	(3,38959)	(1,27380)

b) Lucro (prejuízo) básico diluído da Companhia

O lucro (prejuízo) por ação diluído da Companhia é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: debêntures mandatoriamente conversíveis:

Diluido	31/12/18	31/12/17
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(1.264.782)	(281.023)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação – milhares	373.137	220.618
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	373.137	220.618
Lucro (prejuízo) diluído por ação da Companhia- R\$	(3,38959)	(1,27380)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco. Adicionalmente, a Companhia também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Diretoria executiva e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do VaR (*ValueatRisk*) e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia.

24/42/47

Vale ressaltar que a Companhia não se utiliza de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira.

a. Política das operações de hedge da tesouraria

A execução da gestão da política de hedge da Companhia é de responsabilidade da Diretoria de Tesouraria e segue as decisões tomadas pelo Comitê de Riscos, o qual é composto por membros da Diretoria Executiva da Companhia e colaboradores.

A supervisão e o monitoramento do cumprimento das diretrizes traçadas pela política de hedge são de responsabilidade da Gerência Executiva de Riscos subordinada à Presidência e ao Comitê de Riscos.

A política de hedge da Companhia é aprovada pelo seu Conselho de Administração, e leva em consideração seus dois principais fatores de risco: câmbio e boi gordo.

I. Política de hedge cambial

A política de hedge cambial visa proteger a Companhia das oscilações de moedas, dividida em dois segmentos:

i) Fluxo

As estratégias de hedge de fluxo são discutidas diariamente no Comitê de Mercados.

O hedge do fluxo tem como objetivo garantir o resultado operacional da Companhia e proteger o seu fluxo de moedas que não seja o Real, com horizonte de até um ano.

Para a realização desses hedges podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: operações de dólar futuro na B3, NDFs, captações em moeda estrangeira, opções e entrada de recursos em dólares.

ii) Balanço

O *hedge* de balanço é discutido mensalmente na reunião do conselho de administração.

A política de hedge de balanço tem como objetivo proteger a Companhia de seu endividamento em moeda estrangeira de longo prazo.

A exposição de balanço é o fluxo de dívida em dólares norte-americanos com prazo maior que um ano.

Podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: retenção de caixa em dólares norte-americanos, recompra de bonds, NDFs, contratos futuros na B3, swaps e opções.

II. Política de hedge de Boi

A política de hedge de boi tem como objetivo minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado da Companhia. A política se divide em dois tópicos:

i) Boi a Termo

Com o objetivo de garantir matéria-prima, principalmente para o período de entressafra bovina, a Companhia compra bois com entrega futura e utiliza a B3 para venda de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na B3 e opções sobre contratos futuros de boi gordo na B3.

ii) Trava da carne vendida

Com o objetivo de garantir o custo da matéria-prima utilizada na produção de carne, a Companhia se utiliza da B3 para compra de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina e travando a sua margem operacional obtida no ato da venda da carne.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na B3 e opções sobre contratos futuros de boi gordo na B3.

As tabelas demonstrativas das posições em derivativos

As tabelas demonstrativas das posições em instrumentos financeiros derivativos foram elaborados de forma a apresentar os contratados pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com a sua finalidade (proteção patrimonial e outras finalidades):

Proteção Patrimonial

Descrição	/ mil		Nocional em R\$ mil		Efeito acumulado em R\$ mil	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	Valor a receber / (recebido)	Valor a pagar / (pago)
Contratos Futuros:	-	-	-	-	-	-
Compromissos de compra	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	9.250	2.500	35.853	8.270	-	3.023
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	319	223	49.502	32.854	506	-
Compromissos de venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	35.000	154.000	135.750	510.622	1.637	-
BGI (arrobas)	503	364	77.807	53.989	-	7:
Milho (sacas)	23	-	892	-	2	-
Contratos de Opções	-	-	-	-	-	-
Posição titular - Compra	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	-	495	-	1.066	-	-
Posição titular - Venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	1.000.000	40.010	39.790	0	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	-	-	-	-	-	58
Posição lançadora - Compra	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arrobas)	-	495	-	208	-	-
Posição lançadora - Venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Posição Comprada	-	-	-	-	-	-
NDF (dólar)	4.025.790	-	3.874.800	-	490	-
Posição Vendida						
NDF (euro)	111.058	117.629	110.975	118.755	-	-
NDF (dólar)	1.297.020	422.007	1.131.829	420.778	-	2.687
NDF (ARS)	-	763.917	-	782.670	-	-

Os valores referenciais são aqueles que representam o valor de base, ou seja, o valor de partida, contratação da operação, para cálculo das posições e do valor a mercado. Os valores justos foram calculados da seguinte forma:

- Contratos futuros de venda de DOL: Os contratos futuros de dólar negociados na BM&F possuem valor de U\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) por contrato de notional e ajuste diário, o valor justo é calculado através do produto do "notional" em dólar pelo dólar de referência para o contrato divulgado pela B3;
- Contratos futuros de venda BGI: Os contratos futuros de Boi Gordo negociados na B3 possuem valor 330 arrobas, o valor justo é calculado através do produto do "notional" em reais por arroba pelo valor de referência para o contrato divulgado pela B3;

- Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Euro): Os contratos são realizados em mercado de "balcão", por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor nocional negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX EURO venda divulgada pelo Banco Central;
- Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Dólar): Os contratos são realizados
 em mercado de "balcão", por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu
 valor justo é calculado através do produto do valor nocional negociado e a taxa de
 mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX
 800, venda divulgada pelo Banco Central;
- Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (ARS): Os contratos são realizados em mercado de "balcão", por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor nacional negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a ARS/USD, venda divulgada pelo MAE.

Os valores justos foram estimados na data de fechamento das demonstrações contábeis, baseados em "informações relevantes de mercado". Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

A marcação a mercado das operações em aberto de balcão NDF, swaps e opções na B3 – Bolsa – Brasil – Balcão está contabilizada em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nas rubricas "NDF a receber/pagar", "swap" e "Opções a receber" consecutivamente:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2018 Marcação a mercado	31/12/2017 Marcação a mercado
Opções	112.942	858
Swap	147.236	(27.343)
NDF (EUR+DOL+BOI)	364.262	301.912
Total geral	624.439	275.427

b. Riscos de taxas de câmbio e de taxa de juros

O risco de variação cambial e de taxa de juro sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira são administrados podem ser administrados através da utilização de instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsas, ou operações de balcão como swap, *Non Deliverable Forwards* (NDFs) e opções.

No quadro a seguir apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção e Administração do risco da exposição cambial:

	Consolidado					
		31/12/2018				
	Moedas					
	Nacional	Estrangeira	Total			
Ativo						
Caixa	9.043	-	9.043			
Bancos conta movimento	116.219	2.908.610	3.024.829			
Aplicações financeiras	1.267.578	95.535	1.363.113			
Contas a receber de cliente	390.440	1.392.915	1.783.355			
Total do circulante	1.783.280	4.397.060	6.180.340			
Total ativo	1.783.280	4.397.060	6.180.340			

<u> </u>	Consolidado 31/12/2018				
		Moedas			
<u> </u>	Nacional	Estrangeira	Total		
Passivo					
Financiamentos de curto prazo	895.416	3.068.536	3.963.952		
Fornecedores	752.960	119.548	872.508		
Total do circulante	1.648.376	3.188.084	4.836.460		
Financiamentos de longo prazo	587.724	6.543.591	7.131.315		
Total do não circulante	587.724	6.543.591	7.131.315		
Total passivo	2.236.100	9.731.675	11.967.775		
Dívida líquida financeira	452.820	5.334.615	5.787.435		
Derivativos de proteção cambial - Posição líquida	(2.114)	(625.579)	(627.693)		
Posição cambial líquida	450.706	4.709.036	5.159.742		

A posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:

Instrumentos financeiros (líquido)	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2018	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2017
Contratos futuros - DOL (Dólar)	(99.897)	(502.352)
Contratos futuros – BGI (Boi Gordo)	(28.305)	(21.136)
Contratos de opções (Dólar, Boi, Milho e IDI)	39.790	858
Contratos de "swaps"	147.236	(27.343)
NDF (dólar + EURO + boi + ARS)	2.631.996	(1.322.203)
Total líquido	2.690.819	(1.872.176)

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas informações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por valores aproximados aos de mercado, sendo apropriadas as respectivas receitas e despesas e estão apresentados nessas datas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Ressalta-se que os valores relativos aos pedidos de exportações (compromissos firmes de venda) se referem a pedidos de clientes aprovados ainda não faturados (portanto não contabilizados), mas que já estão protegidos do risco da variação de moeda estrangeira (dólar ou outra moeda estrangeira) por instrumentos financeiros derivativos.

A seguir, estão listados os contratos de NDFs possuídos pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2018:

Tipo	Posição	Moeda	Vencimento	Nocional
NDF	COMPRA	DOL	10/06/2019	1.000.000

Riscos de créditos

A Companhia é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizado pela com a pulverização da carteira de clientes, dado que a Companhia não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais.

c. Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, confinamento de gado e celebração de contratos de liquidação futura (balcão e bolsa), que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços:

Mercado balcão	Valor justo 31/12/2018
Contrato a termo comprado	
Valor Nocional (@)	587.737
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	145
Total R\$/1000	85.400
Mercado BM&F Contrato Futuro Vendido	Valor justo 31/12/2018
Valor Nocional (@)	488.070
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)	149
Total R\$/1000	72.780

d. Quadro demonstrativo de sensibilidade de caixa

Os quadros demonstrativos de análise de sensibilidade têm por finalidade divulgar de forma segregada os instrumentos financeiros derivativos que, na avaliação da Companhia, têm o objetivo de proteção de exposição a riscos. Esses instrumentos financeiros são agrupados conforme o fator de risco que se propõem a proteger (risco de preço, taxa de câmbio, crédito, etc.).

Os cenários foram calculados com as seguintes premissas:

- Movimento de alta: caracteriza elevação nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2018;
- Movimento de baixa: caracteriza queda nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2018;
- **Cenário provável**: impacto de 6%; Cenário de oscilação de 25%; e Cenário de oscilação de 50%.

Os quadros demonstrativos de sensibilidade de caixa foram elaborados em atendimento à Deliberação CVM nº 475/08, levando em consideração apenas e tão somente as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa:

			Cenário provável	Cenário possível Oscilação de	Cenário remoto
Operação	Movimento	Risco	Oscilação de 6%	25%	Oscilação de 50%
Derivativos hedge	Alta	Boi	(1.698)	(7.076)	(14.153)
Gado	Alta	Boi	7.844	32.684	65.368
Net			6.146	25.608	51.216
Derivativos hedge	Alta	Dólar	(186.490)	(420.518)	(728.450)
Invoices + Caixa - em \$US	Alta	Dólar	50.190	209.125	418.250
Net			(136.300)	(211.393)	(310.199)
Derivativos hedge	Alta	Euro	(6.659)	(27.744)	(55.488)
Invoices - em \$EUR	Alta	Euro	7.278	30.324	60.648
Net			619	2.580	5.161
Derivativos hedge	Alta	Dólar	51.408	214.200	428.400
Captações em \$US	Alta	Dólar	(102.524)	(427.183)	(854.367)
Net			(51.116)	(212.983)	(425.967)
Swap de ações	Baixa	Ações	(1.815)	(7.561)	(15.122)
Net			(1.815)	(7.561)	(15.122)

- Taxa de câmbio USD 3,8748 Ptax de venda (Fonte Banco Central);
- Taxa de câmbio EUR 4.4390 Ptax de venda (Fonte Banco Central);

Resultado do quadro de proteção patrimonial

- Derivativos Hedge x Gado: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 6.146, já no cenário com oscilação de 25%, de R\$ 25.608 de ganho e na oscilação de 50%, um ganho de R\$ 51.216;
- Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em US\$: No cenário provável onde o
 movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de
 R\$ 136.300, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 211.393 de perda e na
 oscilação de 50% de R\$ 310.199 de perda;
- Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em EUR: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 619, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 2.580 de ganho e na oscilação de 50% de R\$ 5.161 de ganho;

 Derivativos Hedge e Captações: No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$ 51.116, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 21.983 de perda e na oscilação de 50% de R\$ 425.967 de perda.

e. Margem de garantia

Nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia, sendo que para a cobertura das chamadas de margem a Companhia utiliza títulos de renda fixa públicos e privados, como CDBs, pertencentes à sua carteira, dessa forma mitigando impactos em seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores depositados em margem representavam R\$ 21.100.

f. Contrato de Swap de ações

Em reunião realizada em 06 de novembro de 2018 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, junto ao Credit Suisse próprio Fundo de Investimento Multimercado ("Credit Suisse"), de contratos de troca de resultados de fluxos financeiro futuros (swaps).

O objetivo da Companhia ao contratar essa operação com o Credit Suisse foi demonstrar seu compromisso e responsabilidade de operar eficientemente seus negócios. Como estratégia adotada, a Companhia optou por não realizar qualquer desembolso financeiro, firmando os contratos de swap com o Credit Suisse que estabelecem que o retorno da Companhia seja o equivalente à variação do preço das ações de sua emissão.

Os contratos de swap estabelecem que o retorno da Companhia seja equivalente à variação do preço das ações de emissão da Companhia (BEEF3) e o retorno do Credit Suisse será equivalente a 100% da variação do CDI no prazo ajustado, acrescido de um spread pré-determinado.

Data da Contratação	Data do Vencimento	Data da Contratação
12 de novembro de 2018	12 de novembro de 2019	7.929
14 de novembro de 2018	14 de novembro de 2019	8.844
16 de novembro de 2018	16 de novembro de 2019	8.101
19 de novembro de 2018	19 de novembro de 2019	5.368
		30.243

28. Demonstrações dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Resultado do período	(1.264.782)	(281.023)	(1.264.782)	(280.683)
Ajuste de avaliação patrimonial	(83.325)	6.824	(83.325)	6.824
Total do resultado abrangente	(1.348.107)	(274.199)	(1.348.107)	(273.859)
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas controladores	(1.348.107)	(274.199)	(1.348.107)	(274.199)
Acionistas não controladores	-	-	-	340
Resultado abrangente total	(1.348.107)	(274.199)	(1.348.107)	(273.859)

29. Transação não caixa - Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício, referentes as incorporações das controladas Mato Grosso Bovinos S.A. e Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A, que foram excluídas nos fluxos de caixa da controladora findos em 31 de dezembro de 2017:

	Mato Grosso Bovinos S.A	Minerva Ind. e Com. de Alimentos S.A.	Total
	BOVIIIOS O.A	Allilicitios o.A.	Total
Caixa e equivalente de caixa	7.484	19.013	26.497
Contas a receber de clientes	53.265	32.855	86.120
Outros recebíveis	5.429	4.200	9.629
Depósitos judiciais	<u>-</u>	3.349	3.349
Tributos a recuperar	28 716	16.645	45.361
Partes relacionadas	211 007	(87.844)	123.253
Imobilizado	216 109	115.770	331.879
Intangível	101	159	260
Fornecedores	(10.924)	(2.873)	(13.797)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(70)	(155)	(225)
Tributos diferidos	(6.424)	-	(6.424)
Outras contas a pagar	(8.112)	(2.918)	(11.030)
Provisão para contingências	(4.074)	(3.612)	(7.686)
Total bruto de transações não caixa	492.597	94.589	587.186
Menos disponibilidade das controladas acima	(7.484)	(19.013)	(26.497)
Total Líquido da transação não caixa	485.113	75.576	560.689

Para as recentes operações das controladas indiretas JBS Argentina S.A, JBS Paraguay S.A e Frigorifico Canelones S.A, adquiridas pelas controladas Pul Argentina S.A, Frigomerc S.A e Pulsa S.A, respectivamente, foram excluídas as transações não caixa, nos fluxos de caixa do consolidado, para o período findo em 31 de dezembro de 2017, conforme apresentamos a seguir:

	Frigomerc S.A	PUL Argentina S.A	Pulsa S.A	Total
Caixa e equivalente de caixa	31.667	31.389	18.662	81.718
Contas a receber de clientes	121.787	137.162	36.820	295.769
Outros recebíveis	25.930	50.717	10.200	86.847
Tributos a recuperar	31.420	52.405	9.702	93.527
Estoques	51.895	95.288	16.051	163.234
Imobilizado	295.348	794.913	118.406	1.208.667
Intangível	397	93.404	235	94.036
Empréstimos e financiamentos	(136.633)	(98.336)	(25.478)	(260.447)
Fornecedores	(53.233)	(102.981)	(22.153)	(178.367)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(8.037)	(27.879)	(13.111)	(49.027)
Tributos diferidos	2.736	(208.556)	211	(205.609)
Outras contas a pagar	(13.689)	(6.070)	(2.908)	(22.667)
Provisão para contingência	(26.138)	(75.504)	(10.747)	(112.389)
Total Bruto de transação não caixa	323.450	735.952	135.890	1.195.292
Menos disponibilidade das controladas acima	(31.667)	(31.389)	(18.662)	(81.718)
Fluxo de caixa da aquisição				
Total líquido de transação não caixa	291.783	704.563	117.228	1.113.574

30. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim demonstradas:

	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	793.274
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	979.050
Veículos e aeronaves	Incêndio e riscos diversos	156.580
Transportes internacionais	Incêndio e riscos diversos	77.496
Responsabilidade civil	Riscos nas operações	20.519
		2.026.919

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possuí seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.

31. Evento subsequente

Contrato de Permuta – Plantas de Várzea Grande e Paranatinga (MT)

Em 24 de janeiro de 2019, a Minerva informou sobre a realização a permuta: (i) mediante o recebimento pela Companhia (a) da Planta Paranatinga, localizada em Paranatinga, Estado do Mato Grosso ("Planta Paranatinga"), (b) dos ativos que integram a Planta Paranatinga; e (c) outros ativos compensatórios; (ii) mediante a transferência pela Companhia (a) da Planta Várzea Grande, localizada em Várzea Grande, Estado do Mato Grosso ("Planta Várzea Grande"), e (b) dos ativos que integram a Planta Várzea Grande, nos termos definidos no Contrato de Permuta de Ativos e Outras Avenças ("Contrato de Permuta de Ativos"), celebrado naquela data entre a Companhia, Marfrig, na qualidade de partes e BRF S.A., na qualidade de interveniente anuente.

Em 01 de fevereiro de 2019, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a Companhia aprovou a negociação e em 19 de fevereiro de 2019 após o prazo do trânsito em julgado, essa decisão se tornou definitiva.

Aumento de Capital em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição

Em 11 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do aumento de capital em decorrência do exercício de 05 (cinco) bônus de subscrição. Os Bônus de Subscrição foram emitidos como vantagem adicional aos subscritores do aumento de capital social da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2018 homologado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de dezembro de 2018. Posteriormente, em 11 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma nova homologação do aumento de capital em decorrência do exercício de 248 (duzentas e quarenta e oito) bônus de subscrição. Com isso, atualmente o capital social da Companhia é de R\$ 1.115.158.488,79, dividido em 376.687.410 ações ordinárias, conforme movimentação descrita no quadro abaixo:

	20/12/2018	11/01/2019	11/02/2019
Capital Social	R\$1.115.156.864,53	R\$1.115.156.896,63	R\$1.115.158.488,79
Ações Emitidas	376.687.157	376.687.162	376.687.410

* * *